

ATA N.º 07/2018

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 14 de dezembro de 2018-----

----- Aos 14 dias do mês de dezembro de 2018, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Louvor ao atleta José Sousa, subscrito por todas as bancadas com assento na Assembleia Municipal de Cantanhede;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Louvor aos atletas Campeões Nacionais do Concelho de Cantanhede, subscrito pela bancada do PSD;-
- 4 - Apreciação, discussão e votação da Moção "Por Serviços de Saúde de Qualidade no Município de Cantanhede – Em Defesa do SNS", subscrita pela Bancada do PSD;-
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização / Correção do n.º 2 do art.º 45.º;-----
- 6 – Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento Municipal de Feiras e Venda Ambulante do Município de Cantanhede;-----
- 7 – Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento Municipal do Centro de Recolha Oficial de animais de Companhia do Município de Cantanhede;---
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e Uniões de Freguesia parceiras / Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2017/2018;-----
- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival "Pica no Chão", 5.ª Mostra Gastronómica e Cultural de Febres;--

- 10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e União de Freguesias do Concelho de Cantanhede / Semanas Culturais;
- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Summer Tinho;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Torneio de Futebol Infantis Vila de Ançã;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias ou União de Freguesia do Concelho;-----
- 14** - Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2018 pela Câmara Municipal de Cantanhede / Para conhecimento;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com as Freguesias e União de Freguesias do Concelho para o ano de 2019 / Requalificação Urbana nas Freguesias;-----
- 16** - Procedimentos a adotar pelo Município para as execuções fiscais das dívidas provenientes das receitas administradas pelo Município / Para conhecimento;-----
- 17** - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sessão de 18/12/2017 / Para conhecimento;-----
- 18** - Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA);-----
- 19** - Comunicação da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais / Alerta Precoce de Desvios relativo ao ano de 2017 / Para conhecimento;-----
- 20** - Reembolso e restituição da Derrama liquidada em 2018 pelos Sujeitos Passivos



com volume de negócios inferior a 150.000,00 €, no exercício económico de 2017 /
Para conhecimento;-----

21 - Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto / Transferência de competências para as
Autarquias Locais / Diplomas Sectoriais / Apreciação discussão e votação da Proposta
de não aceitação da Delegação de Competências por parte do Município;-----

22 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão
celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de
Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2019
/ Transportes Urbanos de Cantanhede;-----

23 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a
celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento
Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Limpeza urbana;-

24 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a
celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento
Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Quinta Agrícola
Biológica;-----

25 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a
celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento
Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Desenvolvimento
Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes;-----

26 - Apreciação, discussão e votação da 5.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes
Opções do Plano do Ano Financeiro de 2018;-----

27 - Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do
Município de Cantanhede para o ano de 2019;-----

28 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2019;-----

29 - Apreciação, discussão e votação da proposta final do programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Cidade de Cantanhede.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado a falta da Sr.^a Andreia Carolina Ferreira dos Santos Miranda Domingues. Pedido de suspensão de mandato por um período de 180 dias pelo Sr. João Miguel da Cruz Alegre Parreiral, da Bancada do PS, tendo sido substituído pelo Sr. Artur Jorge Dias Carvalhinho. Pedido de substituição do Presidente da Junta da Freguesia de Sepins e Bolho, pelo Tesoureiro, Sr. Garcia Parreira Matias, da Sr.^a Áurea da Cruz Flamino de Andrade e do Sr. José António da Costa Vieira, ambos da bancada do PS, respetivamente pelo Sr. Alcides Simões Ferreira Alves e pela Sr.^a Maria Teresa de Jesus Almeida, da mesma bancada, conforme documentos apresentados.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 06/2018, da sessão da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2018.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 06/2018, da sessão da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2018, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 29 de setembro de 2018 a 14 de dezembro de 2018, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----



----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que desde 2016 Cantanhede pede a criação de uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP). Esclareceu, de seguida, que as Equipas de Intervenção Permanente, conhecidas por EIP's, são compostas por três ou cinco bombeiros, que estão em permanência nos quartéis para acorrer a qualquer situação de urgência e emergência e que, na última atribuição de EIP's a Corpos de Bombeiros, num total de 79 no país, o concelho de Cantanhede foi considerado como não prioritário, por ser considerado como um concelho sem grandes riscos de incêndios. Recordando os trágicos incêndios que, em 2017, atingiram fortemente a Zona Centro do País, nomeadamente, o Concelho de Cantanhede, referiu tratar-se de uma decisão incompreensível, uma vez que Cantanhede é o maior concelho do distrito de Coimbra em área e com uma importante área florestal. Recordou ainda que, a cidade de Cantanhede tem um único Corpo de Bombeiros, contrariamente às cidades de Coimbra e da Figueira da Foz a quem já tinham atribuído EIP's e tem um elevado nível de operacionalidade que a coloca em terceiro lugar no Distrito. Afirmou, de seguida que, foi graças à identificação desta necessidade e à perseverança da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Helena Teodósio, junto do Ministério da Administração Interna, que em 2019, Cantanhede vai finalmente ter uma EIP, com bombeiros no quartel em permanência, durante 8 horas por dia, para poderem, mais rapidamente, socorrer a população em qualquer situação de urgência e emergência. Informou ainda que o custo daquela equipa vai ser suportado pela Associação Nacional de Proteção Civil e pela Câmara Municipal de

Cantanhede em partes iguais. Assim, evidenciando o empenho do Município em proporcionar uma proteção mais rápida e cada vez mais eficiente à população do Concelho, deu os parabéns à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, Helena Teodósio, por o ter conseguido. Felicitou ainda o Município por ter celebrado um Protocolo com a Empresa Eurosistra, especializada na limpeza e lavagem das vias rodoviárias, após a ocorrência de acidentes rodoviários e da intervenção dos bombeiros em operações de salvamento e socorro das vítimas. Esclareceu ainda que, em articulação com os bombeiros e com as restantes autoridades, aquela Empresa procede à remoção dos resíduos poluentes que tenham sido derramados na via e seu transporte, dando o seu correto encaminhamento, na defesa e proteção do meio ambiente, sem custos para o Município porque a Empresa os imputa às Seguradoras dos veículos acidentados. Finalmente, referiu-se à 4.^a Edição dos *Iberian Festival Awards* (Prémios dos Festivais Ibéricos) promovido pela Associação Portuguesa de Festivais de Música, que visam distinguir os melhores festivais que se realizam em Portugal e Espanha, recordando que os nomeados estão distribuídos por 22 categorias, designadamente, o "Melhor Grande Festival", o "Festival de Médio Formato", o "Melhor Festival de Pequeno Formato", o "Melhor Novo Festival", o "Melhor Cartaz", a "Contribuição para a Sustentabilidade" e o "Melhor Uso da Tecnologia". Acrescentou, que no corrente ano, foi incluída uma nova categoria, a de "Melhor Festividade", para a qual foi nomeada a Expofacil de Cantanhede, a Fatacil de Lagoa, a Feira de São Mateus de Viseu e as Festas de Carnide de Lisboa, entre outras. Informou ainda que, em algumas categorias os vencedores são escolhidos por um júri e, noutras, como é o caso da "Melhor Atuação Internacional" e da "Melhor Atuação Portugal/Espanha", pelo público, sendo que os vencedores serão anunciados a 13 de março em Vigo, Espanha. Assim, salientou o estatuto e o reconhecimento alcançado pelo certame "Expofacil" à escala



Ibérica, em resultado da sua dimensão, atratividade e esforço de internacionalização. Apelou, de seguida, à divulgação daquela nomeação, por exemplo através das redes sociais, pois é de grande importância que todos votem na Expofacic como a maior Festividade Ibérica. Acredita que, se forem envolvidos todos os que nela participaram, desde a comissão organizadora, às empresas e empresários, aos patrocinadores, às forças vivas do concelho, nomeadamente, as Associações, as Juntas de Freguesia, as escolas e as IPSS, não será difícil. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou que, já há algum tempo que a bancada do PS tem questionado a Câmara Municipal de Cantanhede, na Assembleia Municipal, acerca do desastre ambiental que está a ocorrer na Vala Real. Referiu, de seguida que, tal como aconteceu com a localidade de Corga, (Escoural), a bancada foi informada que, na localidade de Lagoa Negra, a cerca de mil metros dos Olhos da Fervença, onde a água da rede pública é captada, sempre que chove, existe um aumento daquelas descargas, que acabam invariavelmente em cursos de água doce que desaguam na vala da Veia, contaminando e matando tudo à sua passagem. Assim, colocou as seguintes questões: - Se a pluviosidade média não aumentou, se o número de utilizadores do saneamento aparentemente também não aumentou significativamente, quem ou o que é se encontra a fazer descargas não previstas para a rede de saneamento? - Tem a Câmara Municipal de Cantanhede conhecimento da origem daquele aumento de caudal na rede de saneamento? - Em relação às descargas de águas residuais no "interceptor sul" da ADCL, em relação aos *timings* de 24 meses apresentados pelo Sr. Secretário de Estado na reunião que se realizou no passado dia 11 de dezembro, o que será feito durante este tempo para mitigar a situação? Recordou, de seguida que, para além da inquestionável

importância que a situação apresenta enquanto crime ambiental, na qual impera a impunidade e, eventualmente, o dolo dos envolvidos, também é importante sublinhar o impacto económico que aquela situação acarreta para ambos os concelhos afetados, Mira e Cantanhede (Tocha), pois existem dois espaços balneares galardoados com bandeira azul, há já muitos anos, que correm o risco de perder aquele reconhecimento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se à recente visita do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, agradeceu em nome da sua freguesia, a forma como a Câmara Municipal e a INOVA, nas pessoas da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio e do Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º Idalécio Oliveira, trataram toda aquela situação e a levaram a bom porto. Informou ainda acreditar que vão ser realizadas as obras na ETAR e não a loucura que se queria fazer na Tocha, nomeadamente, no Palheirão. Afirmou ainda, esperar que, como disse o Sr. Secretário de Estado, até ao final de janeiro, a situação esteja decidida, sendo uma grande satisfação a não realização da obra monstruosa que queriam fazer.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, felicitou a Câmara Municipal pela realização da Festa do Desporto, que premiou a atividade dos agentes desportivos que mais se distinguiram na última época desportiva, nomeadamente, os clubes, os atletas, os técnicos e os dirigentes. Acrescentou que o Executivo está de parabéns por valorizar e distinguir o mérito desportivo, colocar em relevo os valores pedagógicos e promover o desporto, não só como desenvolvimento físico, mas como um espaço de formação,



moral e social. Acredita que, ao fazer a distinção dos melhores, o Município quer realçar a importância do sucesso que não é obtido a qualquer preço, mas antes resulta da perseverança, da disciplina, da dedicação e do trabalho. Acrescentou que, quem esteve presente naquela Gala, percebeu a dinâmica do desporto no concelho, pela quantidade de vencedores e de nomeados, pela entrega dos diplomas de mérito desportivo às coletividades, pelas menções honrosas nas diferentes modalidades individuais e coletivas, pois só assim se justifica a política de investimento da autarquia na requalificação e no reforço das redes e infraestruturas de equipamentos desportivos, bem como o apoio financeiro que é dado à atividade dos clubes e às associações. Realçou ainda o facto de não se esquecerem os técnicos e os dirigentes desportivos que, muitas vezes, se sacrificam em torno daquele projeto e que contribuem, decisivamente, para o sucesso dos atletas, trazendo para a linha da frente, exemplos de dinamismo, de liderança, pessoas inspiradoras e cada vez mais qualificadas e preparadas para corresponder às exigências dos tempos atuais. Destacou também o ambiente criado em torno da Gala, com vários momentos de animação que enalteceram e engrandeceram aquela Festa do Desporto, estando assim, a Câmara de parabéns. Finalmente, e uma vez que se está a falar de desporto, afirmou que gostava de ver, no próximo ano, a conclusão do Parque Desportivo de Febres.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, respondeu às últimas intervenções, da seguinte forma: - Relativamente à Equipa de Intervenção Permanente, informou que se encontra agendada a assinatura do Protocolo para o dia 19 de dezembro e que, da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, só o Concelho Cantanhede ainda não tinha sido contemplado

com uma EIP; - Relativamente à contratação da empresa de limpeza, afirmou ser uma boa medida em termos de limpeza e remoção de resíduos; - Relativamente aos Festivais Ibéricos, apelou a todos os presentes para irem ao *link* e votar, naturalmente, na EXPOFACIC, para que fique bem classificada, pois acredita que todos os presentes também acreditam que a EXPOFACIC é a melhor feira/festa do país, estando à frente de qualquer outra, e ainda que divulguem o processo tendo em vista uma maior participação de votos; - Relativamente às duas situações ligadas à questão ambiental, referiu que a situação na zona da Fervença e não nos Olhos da Fervença, teve a ver, de acordo com a ADCL, autoridade responsável e gestora de toda aquela situação, acompanhada pelo Sr. Presidente do Conselho da Administração da INOVA, com um problema técnico de obstrução das condutas e não com o aumento do caudal ou algo de extraordinário que tivesse acontecido, problema esse que já se encontra resolvido. Relativamente à outra situação mais complexa, recordou a sessão onde esteve presente o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, responsável da tutela, que não é só o Secretário de Estado mas, essencialmente, uma pessoa com conhecimentos técnicos, uma vez que já esteve vários anos numa Câmara Municipal em funções iguais, numa Associação e também ligado às Águas de Lisboa, sendo assim um conhecedor profundo daquela matéria. Assim, referiu que, desse conhecimento profundo que tem, transmitiu-lhe a si e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, a rejeição da possibilidade de se fazer na Freguesia da Tocha a ETAR por infiltração, posição partilhada pelo Presidente das Águas do Centro Litoral, uma vez que depois dos estudos que foram feitos, tem dados objetivos que indicam que uma ETAR por infiltração naqueles terrenos, com o nível freático altíssimo é impensável do ponto de vista ambiental se fazer uma ETAR com aquelas características. Acrescentou que, em vez de um problema ambiental tal como existe no



momento, existiriam zonas pantanosas que não conseguiriam sequer absorver a quantidade do afluente que para lá iria, pois se numa ETAR normal seria necessária uma área de 3 ou 4 ha, para aquela outra ETAR seria necessária uma área na ordem dos 18 ha para poder fazer aquela absorção. Relativamente ao Concelho de Mira, recordou que a proposta que aquela autarquia fez ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente era de rejeição de qualquer situação de afluentes de Cantanhede que passassem pelo Município de Mira, estranhamente, porque os afluentes de Mira também passam por Vagos e por Ílhavo. Informou ainda que Mira propôs uma ETAR que descarregasse as águas tratadas para a Levadia e, da Levadia para o mar, na Tocha e que a própria ADCL entendeu não ser uma solução tecnicamente credível, não só pela questão financeira, mas pela inversão de condutas e todo o trabalho que tal acarretava. Acrescentou que, o que está em causa é a construção de uma ETAR com tratamento terciário, cuja água será utilizada para regas, nos parques, nos jardins e até para o reforço de linhas de água que estejam habitualmente secas, proposta rejeitada por Mira. Acrescentou que também foi proposta uma situação dupla, em fazer aquela ETAR para toda a área que vinha de Cantanhede em direção às Cochadas e depois toda a linha da Tocha, com exceção da Praia da Tocha que tem uma ETAR própria, e que continuaria, naturalmente, a drenar para Ílhavo, não sobrecarregando assim os emissários, mas Mira também não quis essa solução, porque a conduta continuaria a passar por dentro de Mira, tendo proposto fazer uma outra pelo meio da floresta, ficando a decisão a cargo do Sr. Secretário de Estado. Recordou, de seguida que, o que foi transmitido é que a situação atual é incomportável, estando a acontecer um crime ambiental, porque no momento as descargas são diretas e tal como veem das habitações, dos hotéis ou das indústrias para a Vala Real, sendo que quanto mais dias, semanas e meses passarem, mais a

situação se agrava e que, tanto o Executivo, como os Sr.s Presidentes de Junta e os Membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes transmitiram que querem urgentemente uma tomada de posição, que seja tecnicamente a ideal e a melhor em termos ambientais. Acrescentou que, face às análises efetuadas, mais ou menos próximo da zona da Barrinha, conforme foi transmitido pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente, a situação da vala real não é dramática, mas, naturalmente, não é uma situação a manter e deve ser revertida. Com a passagem de água do tratamento terciário para essa mesma ribeira, a qualidade aumenta favoravelmente, verificando-se assim que a melhoria da qualidade da ribeira, passando a receber uma água tratada, continuaria a manter o nível adequado e com níveis de qualidade. Recordou ainda que se a medida for tomada rapidamente, a solução não será ultrapassada antes de decorridos 2 anos, devido à parte burocrática de aquisição de terrenos, ao lançamento de concurso para a construção da ETAR. Acrescentou que serão 2 anos dramáticos, pois tecnicamente, não há forma para minimizar o problema, apesar dos técnicos terem efetuado medidas mitigadoras, nomeadamente, com o aumento da capacidade de bombagem e as descargas controladas. Explicou que, anteriormente, os terrenos das Cochadas ficavam completamente inundados porque as descargas eram feitas em qualquer altura e, neste momento, as descargas são controladas e vão diretamente para a Vala Real, no município de Mira, situação muito preocupante. Espera que, conforme foi transmitido, continuem a monitorizar toda aquela situação, embora a INOVA tenha uma intervenção frequente na melhoria das condutas e dos próprios emissários. Quanto a Mira, verifica-se que tem as condutas mais complicadas, além de que, ainda nem sequer está ligada a 50% do que necessitava. Assim, aguarda ansiosamente pela decisão a tomar em janeiro pelo Senhor Secretário de Estado; - Relativamente aos Parques Desportivos, referiu que o grande objetivo é



que os mesmos sejam concluídos, pois há longos anos que estão por terminar. Acrescentou que são investimento profundos e que aquelas obras estão inscritas no orçamento, mas verifica-se uma situação atualmente no país não se passava anteriormente, pois antes, muitas vezes as empresas tinham falta de trabalho, agora têm excesso. Por isso, está a acontecer em todos os municípios que os concursos são lançados e ficam desertos, e em Cantanhede, no último mês, 3 concursos ficaram desertos por falta de concorrentes. Daí que, os mesmos concursos vão ser relançados 45% acima do valor base, fazendo com que, o orçamento que hoje estará a votação, venha a ser corrigido durante o próximo ano. Deu ainda como exemplo o concurso de massas betuminosas que, pela primeira vez, ficou também deserto apesar do valor ser superior ao do ano passado e ainda, conforme foi transmitido pela CIM o concurso da EUROVELO respeitante à ciclovia que vai ligar Mira à Figueira da Foz e que faz a ligação toda até ao Norte da Europa que continua também deserto e que tem vindo a aumentar as bases do concurso e não há empresas a concorrer.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Artur Carvalhinho, o qual, após cumprimentar todos os presentes questionou sobre o Clube de Ténis de Cantanhede, nomeadamente, sobre se o protocolo existente entre o mesmo e a Câmara está a ser cumprido. Referiu que, da informação que chegou à sua bancada não está porque uma das exigências do protocolo é que o clube esteja aberto durante todo o dia e, de facto, apesar de ter afixado o seu horário de funcionamento, só abre depois das 17 horas e está fechado aos sábados à tarde e ao domingo todo o dia, sendo que, naturalmente, o fim-de-semana seria a altura em que seria mais utilizado. Tem ainda conhecimento que irão ser construídos dois campos de padel que implicam a destruição de um campo de ténis, o campo número 5 e um campo de miniténis com parede de bater bola, com um custo de cerca 150 mil euros.

Assim questionou: Quantas pessoas jogam padel em Cantanhede? Foi feita uma estimativa do número de pessoas que vão usufruir daquele benefício? É lícito que se gaste 150 mil euros para servir uma pequena fatia de pessoas, quando há anos que o campo de futebol dos Marialvas, que cobre um número bastante significativo de crianças e pessoas do concelho, não tem balneários em condições adequadas? Sabendo ainda que aqueles campos de padel vão ser cobertos, referiu que há anos que vem sendo reivindicada a cobertura de um dos campos de ténis para permitir treinar e realizar torneios em situação de chuva, o que até agora não aconteceu. Acrescentou que, a cobertura de pelo menos um campo de ténis seria uma obra que iria afirmar de forma decisiva a modalidade do ténis, quer no concelho, quer fora dele com esperança de receber dezenas de praticantes do concelho e dos concelhos limítrofes todas as semanas, nomeadamente, em tempo chuvoso, já que no distrito de Coimbra, apenas a cidade de Coimbra dispõe de campos de ténis cobertos. Assim, verifica-se que vai ser dado apoio para cobrir os dois novos campos de padel, no entanto, o ténis não só perde um campo, como também perde a oportunidade de ter um campo coberto. Acrescentou que esta tomada de decisão irá inviabilizar a realização de pelo menos 4 escalões etários de campeonatos nacionais, conforme consta do regulamento geral de provas da Federação Portuguesa de Ténis, que mesmo que a atual direção do clube não pretenda organizar e trazer para Cantanhede, é algo que não pode ficar bloqueado para as futuras direções e futuros executivos camarários, sendo importante lembrar que as direções passam, mas as instituições ficam. Passando a outro assunto, referiu-se com agrado à criação da equipa de intervenção permanente, recordando que os Membros da bancada do PS já tinham manifestado a sua preocupação nas sessões de dezembro 2017 e 29 de junho do corrente ano. De seguida questionou se a criação da EIP resulta das

u

variadíssimas críticas públicas manifestadas à atuação pós Leslie dos Serviços Municipais/Proteção Civil e se estão previstas mais medidas de correção/melhoria que permitam enfrentar futuros eventos adversos de forma mais célere e eficaz. Afirmou saberem que todos os intervenientes foram inexcedíveis nas suas capacidades de intervenção, mas também será pertinente reconhecer que existiram manifestas dificuldades em dar respostas atempadas às necessidades das populações afetadas.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Carlos Ventura, o qual, apos cumprimentar todos os presentes na sessão abordou a situação pós-Leslie, e deu os parabéns a Câmara pela prontidão com que repôs praticamente toda a cidade como era, nomeadamente, os jardins junto da GNR e na parte central da cidade. Afirmou que, quem chega no momento à cidade nem se apercebe dos estragos que foram feitos na altura pois os jardins estão impecáveis, o que lhe apraz reconhecer. No entanto, exprimiu a sua preocupação relativamente às Sete Fontes que foi bastante danificada e que, apesar de já se ter procedido à limpeza, vai necessitar de uma reposição quase total. Referiu que a rega foi toda danificada, o próprio lago, os gradeamentos, o piso e o lavadouro, entre outras coisas. Exprimiu ainda o seu receio de que venha o verão e que o Parque de Lazer das Sete Fontes ainda não esteja preparado para receber as pessoas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Paulo Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu ao Município todo o esforço e empenho financeiro que foi possível fazer pelo Centro Cultural de Portunhos, na antiga escola primária que, entretanto, fechou. Recordou que aquele edifício com duas salas iria, no futuro, ficar degradado e que a população há mais de vinte anos ambicionava por um Centro Cultural e precisava de um palco para poder usufruir e

praticar o teatro amador. Assim, em nome da Junta de Freguesia, agradeceu todo o trabalho e empenho realizado por parte da Câmara Municipal e de todos os técnicos que trabalharam naquele projeto. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Carlos Negrão, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, lembrou que no dia 7 de novembro do corrente ano, na presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara e do Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, foi entregue um abaixo-assinado com 2820 assinaturas, do MUSP - Movimento de Utentes de Serviço Público, ao qual a bancada da CDU se associou, no sentido de ser reclamada uma redução do preço da água, bem como das taxas de saneamento e tratamento de resíduos. Referiu ainda a indignação pela pouca visibilidade que foi dada àquela ação, por aqueles a quem compete noticiar o que é notícia no Concelho.-----

----- Respondeu às questões colocadas a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, da seguinte forma: - Relativamente à questão colocada sobre o Clube de Ténis informou ter havido uma reunião com toda a direção do referido Clube, na qual foi transmitido que de acordo com estudo que está a ser feito, há uma grande procura pela prática do padel, que se pode constatar a nível nacional. Acrescentou que pode haver quem entenda que se trata de uma atividade menor, mas cada vez mais, talvez por ser um desporto mais fácil, está a ser bastante procurado, para além de que o ténis é menos apetecível no inverno, pela falta de cobertura. Assim, informou que a proposta feita pela direção no sentido de se poder fazer aquela oferta adicional aos munícipes de Cantanhede, representa uma opção que está a ser muito procurada e podendo ser uma forma de incursão de novas pessoas para o próprio ténis. Informou ainda que o Sr. Vereador do Desporto, Adérito Machado, também teve várias reuniões com aquela direção, inclusivamente com o Presidente da Federação do Ténis, num



evento que decorreu recentemente, o qual informou ser conhecedor da situação e estar recetivo àquela intervenção. Relativamente ao *Ladies Open*, referiu que o número de campos será suficiente, pois apenas são necessários três mais um. Já relativamente aos campeonatos nacionais serão necessários cinco mais um; - Afirmou que o término do Parque Desportivo de Cantanhede é uma grande preocupação e está em orçamento, mas não se pode condicionar todo o orçamento a uma área específica de intervenção, como o desporto, quando há outras que também necessitam de acompanhamento; - Relativamente à EIP, considerou estranho que tenha sido criada por causa das críticas à proteção civil, podendo ser questionado o porquê do Governo não ter, inicialmente, permitido uma EIP para Cantanhede. Felizmente que, do ponto de vista do Município, da Assembleia e da Comunidade Intermunicipal, após o envio da intervenção efetuada junto da Autoridade de Proteção Civil e do Governo, estes perceberam o erro que tinham acabado de fazer. Afirmou de seguida, não concordar sobre a forma como foi referenciada a Proteção Civil pelo que, caso voltem a acontecer novos fogos ou novas tempestades desafiou as pessoas a irem para o terreno para saber o que se lá passa. Assim, já não fariam da forma, às vezes um pouco leviana, sobre o trabalho desenvolvido pelos bombeiros, Proteção Civil, funcionários municipais e funcionários da INOVA, pessoas que estiveram todas as noites debaixo de chuva, quando poderiam estar no conforto de suas casas a mandar informações para o *Facebook*, ou dar palpites sobre o que se deveria fazer, enquanto, os que realmente trabalham estão no terreno. Recordou que a situação foi tão grave que não se conseguiu repor tudo rapidamente, mas considera que é de louvar o trabalho e o esforço de tanta gente. Assim, afirmou que a EIP foi criada mas não por qualquer incompetência das autoridades que estiveram envolvidas naquele processo; - Relativamente à questão das Sete Fontes, afirmou que ainda há situações

que estão por corrigir, porque há áreas que estão ao abrigo de seguros e que necessitam ser avaliadas pelos técnicos em termos dos prejuízos e das indemnizações, não se lhes podendo tocar. Por outro, nomeadamente, em Ourentã e na Quinta da Sobreira em Ançã, havia necessidade de fazer o corte de árvores e de retirar as árvores caídas, mas, novamente houve uma grande dificuldade em termos de concurso, pois não se conseguia arranjar as três empresas necessárias, apesar da urgência. Finalmente já há e irão começar em Ourentã estando agora os serviços numa outra fase, relacionada com o projeto de intervenção para que, brevemente, a Quinta da Sobreira e as Sete Fontes estejam arranjadas. Acrescentou que, nas Sete Fontes há muita coisa para fazer, não só trabalhos em torno das árvores, mas também relacionados com o lavadouro, o arranjo da envolvente e a parte da irrigação; - Relativamente ao Centro Cultural de Portunhos, fez votos que o espaço seja continuamente utilizado pela freguesia e pelas populações, quer seja para convívio, quer seja de natureza social ou cultural, porque está numa ótima localização. Informou ainda que o Município vai adquirir o campo de futebol em frente àquele espaço, perto da Junta de Freguesia e da Fundação Ferreira Freire, para que todo aquele conjunto possa ser gerido e utilizado pela União de Freguesias; - Finalmente, relativamente à questão do abaixo-assinado apresentado pelo MUSP e que refere a redução dos preços de água e de resíduos, solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, João Moura que o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Inova presente na sessão, Eng.º Idalécio Oliveira, apresentasse um esquema de comparação de custos e de preços para que todos tenham uma análise global do que está em causa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Sr. Eng.º Idalécio Oliveira, o qual após



cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que se tratam de serviços de águas e resíduos, de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos, atividades reguladas pela ERSAR, que são faturados mensalmente na mesma fatura. Referiu ainda que aquela entidade tem, já por vários anos atribuído alguns selos de qualidade às entidades gestoras, para distinguir as que demonstram cumprir os requisitos definidos e que são importantes para a atividade. Acrescentou que a Inova tem o selo de qualidade do serviço de gestão de resíduos urbanos porque cumpre com alguns indicadores, nomeadamente, a qualidade do serviço, a acessibilidade que os utilizadores têm ao serviço, a reciclagem, a percentagem de resíduos que são reciclados no Município de Cantanhede, a cobertura dos gastos, sendo este um aspeto fundamental que determina os preços e o conhecimento dos ativos da empresa. Informou ainda que, na questão das águas residuais urbanas, também a Inova recebeu o selo de qualidade, exatamente porque os indicadores de qualidade do serviço são bons, tal como a acessibilidade física ao tratamento sendo Cantanhede dos raros Municípios que está a atingir 99% de cobertura da população com serviço de saneamento, o que tem naturalmente implicação nas faturas. Acrescentou que se cumprem as licenças de descarga de todas as estações de tratamento que estão sob gestão da Empresa Municipal, dado que uma parte do Município de Cantanhede tem uma gestão global daquele serviço feito pela mesma, incluindo tratamento, o transporte até às estações de tratamento e o tratamento e a descarga dos esgotos tratados em linhas de água. Informou ainda que também detém o selo de qualidade exemplar de água para consumo humano, pois a água da torneira que distribui cumpre os valores de qualidade que estão definidas por lei, bem como o número de análises que são exigidas e que estão no programa do controlo de qualidade. Acrescentou ainda que,

no presente ano, a INOVA foi a única entidade gestora a nível nacional, que recebeu um prémio de excelência do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, uma distinção da ERSAR para a entidade gestora com melhor desempenho naquela categoria. Assim, quer isso dizer que a aposta da INOVA é ter aqueles serviços com qualidade dentro de valores razoáveis praticados e cobrados aos utilizadores. Informou também que, o júri que avaliou aqueles parâmetros é composto por várias entidades nacionais, incluindo a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, a qual esteve na base da atribuição dos prémios e dos selos de qualidade das águas e resíduos a nível nacional. Relativamente aos preços, informou que os mesmos são uma conjugação de valores que, naturalmente, permitem chegar ao montante a pagar pelos utilizadores dos serviços, existindo princípios gerais, obrigatórios por lei, que estão na formação dos tarifários e que as entidades devem utilizar entre eles na recuperação dos custos que é de facto o fundamental nesta matéria para a definição dos preços. Outro dos princípios é o da acessibilidade económica, ou seja, há patamares máximos conforme o rendimento das famílias que não devem ser ultrapassados na definição do valor mensal a cobrar à respetiva família. As entidades gestoras devem ainda ser autónomas, não devendo ser subsidiadas para este tipo de serviços, sendo também a defesa dos utilizadores um dos princípios gerais que estão legalmente estabelecidos para se formarem os tarifários. Existe ainda uma tarifa fixa, definida para remunerar a INOVA pelos custos fixos da construção, da conservação e da manutenção dos sistemas existentes e uma tarifa variável que tem a ver com o que as pessoas consomem, sendo certo que a água é uma leitura direta, o saneamento é indexado ao consumo de água e os resíduos também. Finalmente, apresentou um quadro comparativo de abril de 2018, que está disponível no *site* da ERSAR e no site da Deco, concluindo que Cantanhede



tem uma fatura mensal que ronda os 18,00 € euros, para um consumidor que consome em média 10 metros cúbicos por mês, valores sem IVA, enquanto nos concelhos vizinhos, Figueira da Foz tem um valor mensal de 31,76 €, Mira 9,72 € e Vagos 28,23€, para o mesmo volume de água consumida e com o somatório das três componentes (água, saneamento e resíduos).-----

----- Interveio a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referindo que Mira compra água a Cantanhede e vende-a ao utente mais barata do que compra. Informou de seguida que, conforme indicação do Senhor Secretário de Estado, com a criação do projeto Intermunicipal contempla Montemor, Mira e Soure, o preço não vai só dobrar, mais vai ficar bem mais alto, porque, de acordo com a lei tem que pagar exatamente todo o investimento feito.-----

----- Continuou a sua intervenção o Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Sr. Eng.º Idalécio Oliveira, continuando a exemplificar os Concelhos limítrofes, nomeadamente, Oliveira do Bairro, 30,00 €, Anadia 15,08 €, Mealhada 15,20 €, Coimbra, 21,68 € e Montemor-o-Velho 21,96 €, ou seja, uma média mensal para estes municípios todos de 21,45 €, quando a média do município de Cantanhede situa-se abaixo. Referiu ainda que é objetivo da INOVA continuar com os parâmetros de qualidade que permitam chegar àqueles prémios e às distinções referidas e com uma um preço mensal igual ou inferior aos restantes municípios, embora isso dependa de muita coisa, porque, como já referiu, há a questão fundamental dos custos controlados.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, concluindo que esses preços serão sempre de acordo com a qualidade e com as regras legais estabelecidas no país. Acrescentou que, se deve continuar a apostar na qualidade da

oferta da água, do saneamento, dos resíduos, dos jardins, da limpeza e continuar a investir no Concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Aidil Machado, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que foi com enorme regozijo, comoção e orgulho, enquanto presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, que assistiu e ouviu música do conterrâneo Pocaricense, António de Lima Fragoso, que figura entre as ilustres personalidades do Concelho de Cantanhede distinguidas no Salão Nobre dos Paços do Município, interpretada de forma irrepreensível pelo jovem pianista Manuel Araújo, na sala do Senado da Assembleia da República, no passado dia 5 de dezembro. Assim, felicitou a Câmara Municipal por ter organizado e proporcionado aquela ida, a um significativo grupo de pessoas que contou com a presença do Executivo Camarário, de Presidentes de Junta, membros da Assembleia Municipal e funcionários do Município de Cantanhede. Acrescentou que tiveram a oportunidade de testemunhar, presencialmente, o reconhecimento por parte da Assembleia da República do valor artístico que António de Lima Fragoso legou, ainda que a pneumónica o tenha surpreendido, tirando-lhe a vida quando havia acabado de completar 21 primaveras. Felicitou também a Associação António Fragoso, na pessoa do seu Presidente da Direção, Dr. Eduardo Fragoso, pelo esforço hercúleo que tem realizado para manter vivo, como o próprio afirmou na abertura do concerto, o nome de seu tio afirmando que “enquanto se ouvir e se tocar o seu trabalho, António Fragoso continua vivo”. Referiu ainda que foi um prodígio que a Pocariça viu nascer e crescer, um jovem que se notabilizou pela música e pela qualidade da sua escrita, tendo falecido com 21 anos de idade e que era, de facto, uma figura promissora que estava para ingressar numa



das melhores escolas de música da Europa, em Paris. Acredita que todos sabem o quão difícil é concretizar um ambicioso programa como o que foi recentemente cumprido com "In Memoriam de António Fragoso" nas Comemorações do Centenário da sua Morte, pela quantidade de replicações que houve por todo o país, mas sobretudo pela qualidade que lhe esteve inerente. Acrescentou que o concerto a que assistiram, foi fechado com chave de ouro, na Casa da Democracia, onde todos puderam ouvir, deliciar-se e ovacionar de pé aquela distinta personalidade do Concelho, numa sala nobre que se encheu completamente para o ouvir. afirmou, de seguida que, se o programa das Comemorações se preocupou em descentralizar e dar a conhecer António Fragoso ao país e ao mundo, aquele concerto foi também uma oportunidade para Cantanhede levar à Assembleia da República um dos seus filhos, partilhando com os mais altos e dignitários representantes políticos as gentes, a cultura e a identidade do Concelho. Finalmente, salientou a excelência do acolhimento proporcionado pelos deputados eleitos por Coimbra, nomeadamente, Maurício Marques, João Gouveia, Cristina de Jesus, Pedro Coimbra, Fátima Ramos, Margarida Mano e José Manuel Pureza.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Anabela Pato, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se à Escola Marquês de Marialva, questionando sobre o ponto de situação das obras, sobre quais têm sido os constrangimentos associados às mesmas e se os mesmos têm sido ultrapassados. Recordando que a obra se resume quase a um arranjo exterior da escola e que o interior vai continuar deteriorado, questionou ainda se, a médio prazo, haverá a possibilidade de colmatar aquela falha. Questionou ainda sobre o ponto da situação das outras escolas, cuja deterioração também é muito grande, nomeadamente, sobre a Secundária, a Escola da Tocha e a Escola de Febres.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, o qual referindo-se à Festa do Desporto, afirmou subscrever tudo o que foi dito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves. De seguida, afirmou também, subscrever tudo o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves e a senhora Presidente da Câmara, Helena Teodósio, disseram sobre a questão das descargas do emissário sul. Sobre o assunto, considera que, houve um tempo para falar e agora é tempo para estar calado. Inicialmente, de facto, foi necessário tomar posições, às vezes pouco simpáticas, porque, de facto, o que estava a ser proposto era uma atrocidade e, nessa altura, foi necessário, em várias reuniões, assumir determinadas posições. No entanto, graças ao esforço da Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio e da INOVA, houve alguma flexibilidade por parte de diversas pessoas e entidades, sobretudo da postura do Sr. Secretário de Estado, pessoa conhecedora daqueles assuntos, foi possível encontrar o que se considera ser o caminho correto. Assim, afirmou estar satisfeito, porque foi possível reverter uma situação que seria catastrófica para uma situação que parece ser a ideal para a proteção ambiental do concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão: - Felicitou a Câmara Municipal pelas Comemorações do Centenário do Armistício da 1ª Grande Guerra, à hora precisa em que foi assinado. Acrescentou que as cerimónias foram extremamente interessantes, relevou a presença de muitas Associações e das Juntas de Freguesia na sessão solene que se realizou da parte da manhã e deu os parabéns à exposição e ao livro que foi lançado a propósito daquele evento, na medida em que permitiram trazer à luz alguma justiça sobre os cidadãos do concelho de Cantanhede que participaram



naquela guerra; - Constatou que, ao longo destes últimos meses, houve dois ou três comunicados da Associação Empresarial de Cantanhede que questionavam sobre a falta de sinalização das zonas industriais e também sobre fecho dos CTT na zona industrial. Considerando que a bancada do PSD está ao lado dos empresários, pois são uma força dinamizadora da economia, trazem a empregabilidade e dinamizam o tecido social do concelho, também partilha as mesmas preocupações pelo que, questionou se a Câmara Municipal tem feito alguma coisa no sentido de ir ao encontro das preocupações da Associação Empresarial e dos empresários; - Deu os parabéns à Câmara pela criação de uma equipa de ação social de emergência e destacou o papel da mesma pelas fortes políticas de investimento na ação social e pelo papel de inovação que tem tido em diversas áreas. Esclareceu que aquela equipa é importante, atendendo à atuação e a prontidão necessária em caso de emergência, pois irá fazer, de imediato, a ligação entre a ação social, a proteção civil e os bombeiros, o que nem sempre é fácil quando falham as comunicações, quando falham as ligações rodoviárias, quando, no fundo, falha tudo; - Relativamente à tempestade Leslie, agradeceu as palavras da Senhora Presidente e o apoio ao trabalho que foi desenvolvido pelas Juntas de Freguesia com os serviços municipais, que foi muito proactivo. Referiu também que, um dia, às três da manhã na rua com vários voluntários da sua freguesia, teve a oportunidade de encontrar o comandante da Proteção Civil Municipal, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso e o Sr. Vereador Adérito Machado, que andavam a fazer uma avaliação dos estragos, debaixo de chuva, pelo que é preciso ter algum cuidado com o que se diz; - Relativamente à questão que foi feita sobre o ténis e o padel, afirmou ter ficado preocupado mas, considera que se deve antes ver a capacidade de antecipação da Câmara e ficar ao lado do que vai ser o futuro e não do que é o presente. Afirmou não

saber quantas pessoas jogam padel hoje, mas também não sabe quantas pessoas jogavam ténis quando foram feitos os campos de ténis, ou quantas pessoas praticavam natação quando foi feita a piscina, ou ainda quantas pessoas jogavam golfe quando foi feito o campo de golfe. Para além disso, sendo equipamentos municipais, sem prejuízo das associações serem parceiros importantíssimos, serem ouvidas e sua opinião ser importantíssima para a definição das políticas municipais, a Câmara tem que definir as políticas municipais e as associações que usam esse espaço têm que se adaptar e não ao contrário; - Por último, relativamente à questão da água, agradeceu a apresentação feita pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º Idalécio Oliveira, que estabeleceu um conjunto de comparações. Acrescentou que a bancada do PSD também está ao lado dos cidadãos do concelho e que também gostariam que a água fosse mais barata mas, também entende que nem tudo é perfeito nos serviços públicos. Finalmente, manifestou alguma estranheza perante a falsidade com que se tenta dar a volta à opinião pública recordando que o Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos no *Facebook*, nos comunicados que mandou à imprensa no concelho de Cantanhede, refere *"uma constante do preço elevado da água e taxas de saneamento e tratamento de resíduos comparativamente com alguns concelhos limítrofes como Montemor-o-Velho Mira e principalmente Coimbra"*, o que é falso porque em Montemor-o-Velho e Coimbra a água é mais cara que em Cantanhede e em Mira é mais barata, mas está na ilegalidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se à constante falta de comunicações e aos problemas de Internet e de comunicações de telefone fixo que

5

se tem vindo a constatar diariamente, mês após mês, na sua freguesia. Informou que já foi reportada a situação ao apoio ao cliente das operadoras, bem como ao provedor do cliente. Perante a realidade do município de Mira que já tem cobertura quase total ou total de fibra ótica, questionou sobre a realidade atual do município de Cantanhede face à cobertura de fibra ótica. Afirmou acreditar que a resolução deste tipo de problemas não será só para a freguesia de São Caetano, mas também para outras freguesias do Município que se debatem com este problema, e não compreende porque é que não tem uma boa cobertura com fibra ótica. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Artur Carvalhinho, o qual esclareceu que, relativamente aos campos de ténis, se baseou no próprio Regulamento existente que refere que *"nos escalões sub-16, sub-18, são quatro campos para jogos, mais um para treinos"*, documento esse que é público. Relativamente à questão do pós-Leslie, recordou as palavras que referiu: *"todos os intervenientes foram inexcedíveis"* e afirmou que, relativamente a estas situações, não pode haver duas posturas. Acrescentou que, uma delas é aceitar, ler, compreender as críticas que foram feitas seja no *Facebook*, seja no café, seja onde for, porque todas elas terão a sua base e, de seguida, analisá-las e tentar melhorar para que, numa próxima vez, estejam melhor preparados e a outra é adotar a postura do autoelogio, de que andou até às três, quatro, cinco da manhã na rua, sendo que esta postura de autoelogio não irá melhorar nada no futuro.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra ao Sr. Luis Pato, o qual, em direito de resposta às afirmações do Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, referiu que a bancada do PS nunca esteve calada, nem na situação referida, nem na situação do amianto, nem na situação dos caulinos. Acrescentou que foi a sua bancada, no mandato anterior, em 2012, que pela primeira vez trouxe o

assunto, tendo sempre feito o seu papel, enquanto a Câmara Municipal foi um pouco a jusante àquilo que fizeram.-----

----- Respondeu o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, desculpando-se por se ter exprimido mal, pois que ao dizer "*que houve um tempo de falar e um tempo de estar calado*" foi relativamente à sua própria pessoa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual em jeito de resposta a tudo o que foi dito: - Referiu o excelente desempenho do pianista na Assembleia da República e considerou ter sido um dia de aprendizagem e de partilha com os senhores Deputados; - Relativamente à Escola Marquês de Marialva, informou que na semana anterior esteve numa reunião com a Secretária de Estado da Educação, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso e os Sr.s Presidentes dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos Lima Faria, Marquês de Marialva e Gândara-Mar, no sentido de se complementar a preparação ou não da descentralização da Educação. Foi questionada a situação das infraestruturas existentes e informados os valores que foram apontados relativamente às obras necessárias para que estes edifícios fiquem em condições dignas para os alunos, professores e funcionários que lá trabalham. Acrescentou que a Senhora Secretária de Estado gostou da apresentação, uma vez que os valores apresentados não foram exagerados e correspondem ao levantamento feito pela Secretaria de Estado. Informou que a mesma iria indicar à Comissão de Coordenação da Região Centro que aqueles edifícios fossem mapeados tendo em vista uma intervenção na reprogramação do quadro comunitário. Informou ainda já ter o *feedback* da Professora Ana Abrunhosa, que a Senhora Secretária de Estado já lhe transmitiu aquela ideia, pelo que agora aqueles valores serão analisados pelos Municípios, a CIM e a CCDRC. Recordou que a obra da Escola Marquês Marialva foi



assumida pelo Município, em parceria com o Ministério da Educação, embora da responsabilidade deste último e está a decorrer, mas vai ficar muito aquém das necessidades das instalações, pois quando a empreitada terminar, as salas estarão por pintar e os arruamentos estarão por arranjar, porque é necessário investir outro tanto para que tudo fique como deve ser. Informou ainda que, para terminar a Escola Marquês de Marialva, para intervenções na Secundária e nas Escolas EB 2,3 da Tocha e em Febres, dispõem de entre quatro milhões e meio de euros e cinco milhões de euros, que pareceram valores razoáveis à Secretaria de Estado. Informou também que a Sr.ª Secretária de Estado também perguntou se o Município estaria na disponibilidade de aceitar a descentralização para o ano letivo 2019/2020, tendo-lhe, a própria, transmitido que acredita que o Executivo e a Assembleia estarão nessa disposição, mas desde que o Município não fique prejudicado ao nível financeiro; - Relativamente às reclamações da AEC, mais propriamente quanto à sinalização, informou que há muito tempo que a mesma já está feita, com o controlo e o parecer positivo da AEC. Acrescentou que não se avançou porque existia uma candidatura a que o Município tinha concorrido para intervenções em zonas industriais, embora os Serviços estejam já a efetuar os procedimentos para abrir o concurso para toda a sinalética das zonas industriais; - Relativamente aos CTT, informou que há uns meses foi contactada pelo seu responsável o qual informou que o posto da zona industrial tinha muito pouca utilização, pelo que iriam contactar os clientes habituais no sentido de saber se poderiam reformular todo o procedimento e anular aquele posto, ficando apenas o do centro da cidade e do Intermarché que tem um horário alargado. Referiu, de seguida que, passado algum tempo, receberam-se algumas manifestações de desagrado, não só por parte da AEC como de outras pessoas e não só pelo encerramento do posto, mas sobretudo, pela afluência exagerada no posto do centro

da cidade, talvez porque muitas pessoas desconhecem o posto do Intermarché e a possibilidade de se dirigirem àquela loja do 1º andar que também tem a mesma função. Finalmente, informou que foi oficiado aos CTT questionando sobre qual o ponto de situação e sobre o que entendem sobre o assunto. Ainda não obteve resposta, mas quando tiver será transmitida; - Relativamente à tempestade Leslie, frisou que não vale a pena estar a enaltecer o trabalho de cada um, mas sim tentar olhar para o que correu mal e melhorar. Assim, foi nesse sentido que foi criada a equipa de Emergência da Ação Social. Recordou que houve pessoas no terreno naquela área, mas o que se pretende é que aquela equipa atue imediatamente quando existirem situações idênticas, reaja e proactivamente, vá para o terreno saber o que é que se passa nas IPSS, nas famílias, nos hospitais e até nas escolas. Acrescentou que aquela Equipa estará sempre em ligação com a equipa do Departamento de Obras e Urbanismo e a Proteção Civil Municipal, que estão sempre de prevenção, para que as máquinas, as retroescavadoras e os homens, que estão de prevenção, poderem ser chamados e agir imediatamente. Alertou para o facto de, quando deixa de haver comunicações, não se consegue chamar as pessoas, o que também está a ser melhorado. Assim, foi decidido que, quando deixar de haver comunicações, as pessoas devem, imediatamente, dirigirem-se à Câmara, para depois se formarem as equipas de trabalho; - Relativamente à intervenção da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, concordou que, efetivamente há zonas nas quais não se consegue ter telefone em casa e recordou que, ainda no anterior mandato, houve uma reunião com a operadora, na qual foi transmitido que iriam fazer a cobertura total do Município em termos de fibra ótica. Informou ainda que, já foram pedidas várias vezes informações à operadora sobre as intervenções, as localizações, os mapas e as datas, sem sucesso. Por isso, acredita que as intervenções estão a



decorrer, mas de acordo com as previsões de mais ou menos aderência consoante os locais e o equilíbrio financeiro da própria empresa, apesar de terem transmitido que a cobertura vai ser total. Informou ainda que o Município só tem conhecimento de que a operadora irá intervir e onde vai intervir quando necessitam de autorização para fazer um rasgo na estrada, no entanto, afirmou que irá continuar a insistir no sentido de obter mais informação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a Câmara Municipal não é contra o ténis ou a favor do padel. Informou ainda que essa informação também chegou ao Executivo e que, ele próprio, enquanto responsável pela área do desporto, pediu informações. Assim, foi-lhe comunicado que, a página 10 do Regulamento da Federação Internacional de Ténis 2018, que regula todas as competições que são feitas em Portugal, refere que o número de campos tem duas variáveis que é o número de qualificações e o número de atletas. Assim, para a *Ladies Open*, por exemplo, que representam 2 dias de qualificação com 30 atletas, são utilizados 3 campos de jogos, mais 1 de aquecimento, ficando a sobrar 1, uma vez que existem 5. Quando há 2 dias de qualificação com 48 atletas, são utilizados 5 campos mais 1 de aquecimento, portanto nunca poderia haver provas deste género, pelo que é indiferente existirem 4 ou 5 campos, conforme foi apresentado também pela direção do clube, achando esta por bem, transformar um campo de ténis em dois campos de Padel.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Ana Margarida Maia, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, primeiramente, questionou sobre a qualidade das refeições escolares nas escolas do 1º ciclo do concelho, porque já por diversas vezes se tem constatado a sua má qualidade pelos

alunos. Afirmou não se tratar de um caso isolado, mas de uma situação recorrente que muito preocupa os pais, educadores, professores e todos os que participam ativamente na tarefa fulcral de educar uma criança. Acrescentou ser frequente que as refeições servidas diariamente às crianças terem carne e peixe malpassados ou mesmo crus, sopa esturrada, pouca quantidade, pouco apelativas ao palato e terem ementas monótonas. Acrescentou ainda que, há pouco tempo, várias crianças sentiram-se maldispostas e vomitaram logo após terem comido a sopa, que se apresentava esturrada, situação essa que preocupa todos. Referiu que as associações de pais já se manifestaram contra a pouca qualidade das refeições escolares junto da escola, pois não se pode continuar a dar às crianças comida com pouca qualidade e quantidade, quanto todos sabem a importância de uma alimentação variada e saudável no crescimento e desenvolvimento das crianças. Assim, questionou o Executivo Camarário sobre o que tem sido feito sobre aquela situação e apelou à tomada de medidas concretas que acautelem a resolução definitiva e eficaz daquele problema. De seguida, recordando que o Município de Cantanhede isentou de derrama as empresas sediadas no concelho que tinham um volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00 € e sabendo que foi noticiado que o Município vai devolver os valores correspondentes à derrama relativa ao exercício económico de 2017 das empresas com um volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00 €, atento que, aquando do reporte à Autoridade Tributária das taxas da derrama, aquela isenção não foi comunicada corretamente, erro esse que fez com que as empresas que estavam isentas, tivessem que pagar tal taxa. Concluiu que, por um erro de comunicação deste Município, os munícipes que investem no concelho em pequenas e médias empresas tiverem que pagar uma taxa, da qual estavam isentos e questionou o Executivo como foi possível tal erro, que não foi irrelevante, pois

5

causou prejuízos efetivos às empresas de Cantanhede, e que agora, com a devolução daqueles valores, se pretende colmatar.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, a qual, ainda relativamente às falhas de comunicações em situações como a tempestade Leslie, sugeriu que para a comissão que foi criada agora após aquela tempestade, fossem adquiridos equipamentos de comunicações tipo "*walkie talkie*". Recordou que, tanto na altura dos incêndios como na altura da tempestade Leslie, falharam as comunicações e com equipamento daquele género, todos teriam conseguido comunicar uns com os outros em fases críticas. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso respondesse sobre a questão das refeições escolares, passando ela a explicar a questão da derrama. Assim, recordou que este assunto será discutido num outro ponto da ordem do dia e que o documento enviado a todos os membros informa que na transferência dos dados para a autoridade tributária, houve um lapso informático. Assim, em nome dos funcionários e das chefias, pediu desculpa aos empresários, sendo a responsabilidade sua, em última instância. Considerou de seguida que, em vez de se ver quando é que há um erro, deve-se perceber que o erro existiu e ultrapassá-lo, devolvendo as verbas que as empresas indevidamente pagaram. Recordou que "lapsos" existem, sobretudo informáticos e nada havia a fazer, mas os dados foram constatados e a situação vai ser ultrapassada. Relativamente à questão das comunicações e da sugestão feita pela Sr.ª Presidente da Junta de São Caetano, Eduarda Pedro, informou que já foi pensado várias vezes pois deve-se encontrar uma forma de, sobretudo, se poder comunicar com os

Senhores Presidentes de Junta. Referiu ainda ser evidente que pode ser um investimento avultado, mas seria um benefício para todo o concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão e relativamente à questão das refeições escolares, recordou tratar-se de um processo complexo, muito difícil e que as queixas já existiam mesmo antes do procedimento atual das refeições escolares. Afirmou que, ao longo deste tempo o Município tudo tem feito para fiscalizar e monitorizar a questão das refeições escolares. Assim, informou que, logo no início do ano escolar, sem uma única queixa ou qualquer problemática, por ter conhecimento que as refeições escolares são uma das medidas de apoio social escolar da maior importância, uma vez que o fornecimento de refeições escolares, para um número significativo de alunos bastante grande, ainda é a melhor refeição que têm ao longo do dia, houve reuniões no sentido de, junto da empresa, focar alguns aspetos que se consideravam mais sensíveis e que era preciso acautelar. Informou ainda que, como a preocupação do Município se prende com a fiscalização e monitorização das refeições, está a ser desenvolvido um procedimento para a contratação de uma nutricionista, para além daquela que já existe por parte da empresa e de acompanhamento por parte de outras entidades, para reforçar, não só o controlo de refeições, mas sobretudo para desenvolver um projeto de literacia alimentar, porque de nada vale fornecer boas refeições hoje e os meninos continuarem a não comer, porque preferem outra coisa qualquer. Recordou que, sempre que as instituições locais davam resposta eficaz àquele procedimento, o serviço das refeições era-lhes contratualizado, por uma cultura de proximidade, mas também porque era do conhecimento que prestavam um serviço diferente. No entanto, o Ministério da Educação não permite que o Município faça este tipo de



contratualização e obriga a ir para o concurso público. Esclareceu, de seguida que o caderno de encargos daquele concurso é de uma exigência tal, que corresponde às ementas tipificadas de acordo com a DGEST e respeitam a circular da Direção-Geral da Educação que define as orientações para as ementas e refeitórios escolares. Referiu ainda não ser possível tratar casos de queixas com base no "diz que disse" pelo que, sempre que houver situações anómalas nas refeições, têm de ser reportadas, porque quando há uma sinalização de um problema, na mesma escola, uma turma diz uma coisa, outra turma diz outra, um professor diz que comeu na escola e a comida estava boa, mas um pai diz que o filho disse o contrário, há docentes que adquirem as refeições diariamente, cuja ementa é igual à que vem para as crianças e o *feedback* não corresponde, ainda que existam problemas pontuais. Por outro lado, é certo que num tabuleiro com 50 postas de peixe, basta algumas terem tamanhos diferentes para ficarem mal passadas. Referiu ainda que os docentes de vários estabelecimentos têm o cuidado de acompanhar o fornecimento das refeições com regularidade, pela existência destes problemas, procurando inteirar-se das boas condições das mesmas, as fichas técnicas referentes a cada ementa estão a ser cumpridas, o sistema de qualidade tem vindo a ser cumprido e é feito o acompanhamento regular de refeições por parte de mães e por colaboradores do município. Por outro lado, nas situações em que a criança apresenta alergias ou restrições alimentares, a empresa tem-se manifestado disponível, para ir ao encontro dessas necessidades, portanto, o Município tem feito tudo o que está ao seu alcance. A empresa tem provas dadas, com uma dimensão impressionante, que serve desde instituições de saúde a escolas, e, portanto, que tem nutricionistas e mecanismos de defesa, como é obrigação de qualquer empresa. Assim, concluiu que, se as situações não estiverem devidamente reportadas e sinalizadas com provas de evidência, o resto

não passa só de um “diz que disse”. Informou também que, recentemente, surgiu uma questão de uma sopa que não estava muito boa, foi provada por três docentes e estes permitiram que fosse servida e, umas crianças comeram-na deliciosamente e outras não gostaram, portanto, não é fácil. Informou ainda um episódio em que a empresa adquiriu bananas que eram muito grandes, tendo decidido cortá-las ao meio e isso foi um problema, porque um grande número de encarregados de educação foram à escola dizer que não podia ser. O mesmo aconteceu com o pão que era dado aos bocadinhos e os pais queriam um pão inteiro, mesmo sabendo que as crianças não o comiam e acabavam por deitá-lo fora. Afirmou que tem feito o seu papel em defesa dos pais e encarregados de educação junto da empresa. Erros, é óbvio que os há, mas também há um esforço enorme para os tentar corrigir, por isso todas as situações devem ser reportadas, para se poder agir. Recordou que a grande preocupação é com a qualidade alimentar das crianças porque se sabe que tem repercussões no processo educativo e no sucesso escolar, sendo certo que o Município preferia pagar a Instituições que conhece e tem a certeza que fariam um bom serviço, mesmo que isso implicasse o pagamento de mais 0,50 € ou 1,00 €, o que não é possível porque tem de ser por concurso público. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia. -----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Louvor ao atleta José Sousa, subscrito por todas as**



bancadas com assento na Assembleia Municipal de Cantanhede», que a seguir se transcreve:-----

----- **“Proposta de Voto de Louvor ao atleta José Sousa** - José Sousa, 18/09/1989 - 29 anos, natural e residente na Tocha - Cantanhede, no passado dia 04 de novembro de 2018, sagrou-se campeão nacional de maratona na 15ª Maratona do Porto EDP realizada no Porto. Nesta prova, que foi a sua estreia na distância de 42 kms, o munícipe de Cantanhede - José Sousa, da Associação Recreativa Casaense - Escola de Atletismo de Coimbra, obteve a impressionante marca de: 02h 19min 25 seg, conseguindo deste modo, ser 8.º classificado, da classificação geral, e ser o melhor atleta europeu e português nesta prova. Os deputados da Assembleia Municipal de Cantanhede, consideram que a importância deste feito desportivo por um munícipe merece o devido reconhecimento através de um voto de louvor por este órgão municipal”.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que a proposta é de conhecimento de todos, tendo sido aceite, pelo que a colocou à votação por escrutínio secreto. Após a votação foi a proposta aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 1 voto em Branco. -----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Louvor aos atletas Campeões Nacionais do Concelho de Cantanhede, subscrito pela bancada do PSD», do seguinte teor:-----**

----- *“A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede reconhece a importância do Desporto como fator de elevada repercussão em várias áreas da sociedade atual, aspeto também legitimado e relevado pela Câmara Municipal de Cantanhede, que em boa hora decidiu organizar a “Festa do Desporto do Município de Cantanhede”. Pretendeu-se, dessa forma, reconhecer publicamente o trabalho*

realizado por todos os agentes desportivos envolvidos na promoção e generalização da prática desportiva, quer na vertente competitiva, quer enquanto escola de formação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes. Naquele evento foram entregues prémios aos agentes desportivos que mais se distinguiram ao longo da época desportiva 2017-2018 e nos próximos anos serão certamente reconhecidos aqueles que mais se destacarem em épocas vindouras. Desta forma e com esta iniciativa, Cantanhede dispõe agora de um local e hora para dar relevo aos desportistas que representam o nosso Concelho ao mais alto nível de prestação desportiva. Sem prejuízo, entende a bancada do PSD, que a Assembleia Municipal de Cantanhede pode e deve reconhecer também o mérito de TODOS aqueles que se superaram a si mesmos e aos seus pares. Sem margem para apreciações subjetivas, na vertente competitiva, a performance individual ou coletiva consubstancia-se na conquista de títulos e, dentro destes, adquirem particular relevo os títulos nacionais e internacionais. Tais conquistas são o reconhecimento do desempenho daqueles que mais se destacaram em cada modalidade desportiva, mas também servem de estímulo e incentivo aos intervenientes do fenómeno desportivo do Concelho de Cantanhede a melhorarem os seus resultados desportivos. Pelo exposto, entende a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede propor um voto de louvor aos seguintes atletas/equipas do concelho ou que representam associações e clubes que nele têm sede. Campeões Nacionais na época 2017-2018: - Vitor Oliveira – ASSSCC – Juvenil, natação (Pura Desportiva – 1500 Liv) – 17m11s34c, natação (Águas Abertas – 5000 Liv) – 1h02m31s; - Diogo José – ASSSCC – Júnior, natação (Águas Abertas – 7500 Liv) – 1h22m22s, natação (Águas Abertas – 5000 Liv) – 0h58m22s; - Sara Alves – ASSSCC – Júnior, natação (Águas Abertas – 500 Liv) – 1h07m19s (Júnior), natação (Águas Abertas – 5000 Liv) –



1h07m19s (Absoluto); - Arménio Alves – CUV – Masters 40, ciclismo (Pista – Scratch – 7,5km: 30 voltas); - António Sequeiros – CF “Os Marialvas”, Benchrest Percurssão Central – Home Sporter 200m – 247 pontos, Benchrest Percurssão Central – Home Sporter 100m – 250 pontos, Benchrest Percurssão Central – Home Sporter Agregado – 740 pontos; - Inês Simões – All 4 Gym – Águeda, Ginástica Aeróbica – Trios – Seniores Elites (SF); - Maria Oliveira – Academia CantanhedeGym, Ginástica Aeróbica – Pares Mistos – Juniores Elites; - Tiago Sousa, – Academia CantanhedeGym, Ginástica Aeróbica – Pares Mistos – Juniores Elites, Ginástica Aeróbica – Individual – Juniores (SF); - Beatriz Moraes – Academia CantanhedeGym, Ginástica Aeróbica – Grupo – Juvenis; - Gabriela Pessoa – Academia CantanhedeGym, Ginástica Aeróbica – Grupo – Juvenis; - Luís Rosas – Academia CantanhedeGym, Ginástica Aeróbica – Grupo – Juvenis; - Rita Vinagreiro – Academia CantanhedeGym, Ginástica Aeróbica – Grupo – Juvenis; - Vitória Melâneo – Academia CantanhedeGym, Ginástica Aeróbica – Grupo – Juvenis; - Grupo de Pescadores de Sepins – Alcides Dias, André Baltazar, António Nogueira, Carlos José, George Pato, João Dias, José Quinteiro, Messias Oliveira e Paulo Duarte, Surfcasting – Campeões Nacionais da 1ª Divisão; José Sousa – AR Casaense – Escalão M20, Atletismo (Maratona) – 2h19m25s.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual informou que a bancada do PSD subscreveu a proposta do voto de louvor anterior, inicialmente apresentada pelo PS destinado ao atleta José Sousa que, efetivamente, conseguiu um feito digno de registo e de louvor, por ser campeão nacional de maratonas. Acrescentou, de seguida que, por lhes parecer de alguma injustiça, porque há um conjunto de outros atletas que conseguiram feitos idênticos e que não foram alvo da mesma distinção na Assembleia

Municipal, apresentaram esta segunda proposta de Voto de Louvor. Acrescentou que, este tipo de distinções não deve ser vulgarizado e que, muitas vezes os campeões nacionais do Município de Cantanhede encontram-se, sobretudo, nos escalões jovens, o que não quer dizer que venham a atingir a maturidade desportiva nos escalões seniores, o que seria desejável. Muitos deles, infelizmente, acabam por se perder, tendo sido apanágio, apresentar votos de louvores sobretudo pelos resultados internacionais. No entanto, a bancada do PSD decidiu apresentar este voto de louvor que inclui todos os atletas que foram possíveis identificar ao longo da época 2017/2018 e, mais recentemente, na época 2018/2019, que foram campeões nacionais. Destacou de seguida os atletas que mereceram o voto de louvor atribuído, nomeadamente, Inês Simões, Tomás Almeida, Beatriz Mosca, Diana Santos, Francisca Reis, Emma Martins, Sofia Francisco, Telma Branco, Sofia Loureiro, Carolina Pinheiro, todas elas campeãs nacionais de ginástica aeróbica; Soraia Silva, filha de pais de Murte, campeã nacional de ciclismo; Pedro Fragoso Lopes, Gabriel Gomes, Hugo Neves Neto, Vanessa Machado, campeões nacionais de natação; Diogo Manuel Marques, Eduardo Filipe Carvalheiro, além de campeões nacionais, foram também atletas internacionais em natação; Maria Malaguerra Costa, igualmente internacional e recordista nacional de juvenis em natação; Mariana Cunha Guerra, internacional, recordista nacional juvenil de natação; Florbela Cavaco Machado, da freguesia de Murte, medalha de mérito da freguesia de Murte, internacional, recordista nacional absoluta em natação. Demonstrou de seguida alguma estranheza pelo *timing* e pelo local de apresentação da proposta, porque a proposta do PS não foi inicialmente presente à Câmara Municipal de Cantanhede como tem sido hábito, sendo normal os votos de louvor irem aos dois órgãos, ainda por cima antes da Festa do Desporto que, para os elementos do PSD, é o sítio e o local indicado para o



reconhecer. Relativamente ao evento, acredita que é para continuar, sendo o lugar ideal para enaltecer os resultados desportivos dos atletas num ou noutro caso excecional resultado, sobretudo se foram resultados internacionais.-----

----- Falou, de seguida, o Sr. Luís Pato, afirmando que, o Voto de Louvor ao atleta José Sousa foi enviado seguindo as diretrizes que foram indicadas pelo próprio Presidente da Assembleia Municipal e questionou sobre qual será efetivamente a prática nestes casos, porque o voto de louvor apresentado pela bancada do PSD nunca lhes chegou atempadamente. Ironicamente, disse que, se tivessem pesquisado um pouco mais teriam encontrado algum campeão de Esgrima do tempo do Marquês de Marialva que não recebeu deste mesmo órgão um voto de louvor e considerou que não se deve imiscuir desporto com ideologia política, pois é ridículo. -----

----- Interveio a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, solicitando que concretizasse a afirmação, pois o levantamento dos atletas foi feito no seguimento do que aconteceu na Festa do Desporto, e se há mais algum campeão nacional, era bom que fosse clarificado porque poderá ter havido uma falha dos serviços.-----

----- Respondeu o Sr. Luís Pato que não houve falha e que estava a ser irónico. Referiu ainda que considera que todos os atletas enumerados pelo Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, são merecedores de um voto de louvor, sendo óbvio que a bancada do PS se vai associar ao voto de louvor aos atletas campeões nacionais do concelho de Cantanhede, subscrito pela bancada do PSD e que a irão, obviamente, votar favoravelmente. Afirmou, no entanto, estranhar que, apesar das diretrizes que foram apresentadas por quem está a dirigir o órgão, neste caso, o seu Presidente da Mesa, João Moura e esta proposta do PSD não ter chegado aos elementos do PS.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, acrescentou que, o que ficou combinado

foi que as propostas chegassem a tempo e horas às bancadas como aconteceu com a proposta de Voto de Louvor apresentada pelo PS. Mas, caso isso não venha a acontecer e for em cima da hora, têm que ser apresentadas na própria sessão da Assembleia e aceites por votação com a maioria de dois terços. No entanto, afirmou que não pode controlar o que as bancadas, neste caso a do PSD pensa, solicitando uma explicação.-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, voltou a questionar sobre a afirmação de que, o "Marialvas", também teria tido campeões.-----

----- Respondeu o Sr. Luis Pato que ouviu mal e que quando falou, ironicamente, disse que "*se continuassem a pesquisar, também encontravam campeões nacionais do tempo do Marquês de Marialva*".-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referiu que, na prática, tanto a bancada do PS como a bancada da CDU poderão subscrever a proposta de Voto de Louvor apresentada pelo PSD. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual referiu que: Uma coisa é serem apresentados assuntos, previamente, para constarem da ordem de trabalhos, outra é decidir, se é dado às outras bancadas a possibilidade de subscreverem a proposta na própria Assembleia ou se a bancada que a apresenta, quer apresentar como uma proposta por si só, sendo um direito de quem apresenta, pois poderiam entender que queriam apresentar só pela própria bancada. Naturalmente, como tem sido hábito, a bancada do PS entendeu fazer um voto de louvor e o propuseram, desde logo, à subscrição por todas as bancadas. A sua bancada, porque tinha um conjunto de pressupostos que era necessário esclarecer previamente, achou por bem propor a subscrição das restantes bancadas apenas agora. Informou, de seguida que a



bancada do PSD já teve a oportunidade de comunicar por escrito ao Sr. Vereador do Desporto, que tem noção que aquele trabalho de pesquisa, perante os critérios que estão estabelecidos de atletas residentes no concelho de Cantanhede ou atletas que representem clubes do concelho de Cantanhede, não é fácil e que vai exigir um trabalho adicional de pesquisa e de atenção dos serviços municipais, porque os atletas que fogem fora da esfera dos clubes do concelho, possivelmente, poderão escapar e assim cometer-se-ão algumas injustiças. Assim, sugeriram que possam ser consultadas as Juntas de Freguesia e outras forças vivas, no sentido de, também elas, poderem sinalizar atletas que residem no concelho, mas não representam clubes do concelho, para que se cometa o mínimo de injustiças possível.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação, por escrutínio secreto, a **"Proposta de Voto de Louvor aos atletas Campeões Nacionais do Concelho de Cantanhede"**, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 28 votos a favor e 5 votos em branco.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da Moção "Por Serviços de Saúde de Qualidade no Município de Cantanhede – Em Defesa do SNS", subscrita pela Bancada do PSD»,** do seguinte teor:-----

----- *"A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vê-se obrigada a reivindicar de novo mais e melhor saúde no Município de Cantanhede, reiterando as razões invocadas em moções apresentadas em ocasiões anteriores e enaltecendo as posições públicas que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tem vindo a assumir, reclamando da tutela a resolução de várias situações que comprometem gravemente a qualidade dos serviços de saúde prestados aos munícipes. Importa sublinhar que partilhamos todos que o SNS é um pilar da democracia e um pilar para a coesão e progresso social. O SNS – Serviço Nacional de Saúde constitui um avanço*

significativo da sociedade portuguesa, após o 25 de Abril de 1974, sendo criado para garantir a toda a população portuguesa o acesso a cuidados de saúde de forma universal e gratuita, e seguramente um dos fatores mais marcantes da sociedade portuguesa na área social. Precisamente porque o SNS é indiscutivelmente o exemplo de maior unanimidade entre todos para o preservar e, o melhor exemplo do que as democracias podem fazer por um povo, defender o SNS exige que não nos conformemos com o que está mal, denunciando de forma construtiva e exigindo fazer parte das soluções. É esse o nosso dever coletivo. Lembramos a propósito as diligências já efetuadas nesse sentido pela Dr.^a Helena Teodósio e pelas juntas de freguesia, bem como o empenho que têm demonstrado na mobilização de outras pessoas e instituições para esta causa, como ficou bem patente no debate pelo Município e em que participaram representantes dos serviços de saúde e de outras entidades do setor, bem como os titulares dos órgãos políticos locais, designadamente o Executivo Camarário, os presidentes de Junta e membros de todas as forças políticas com representação na Assembleia Municipal. Apraz-nos registar as inúmeras ações, debates, reuniões e audiências levadas a cabo pela Dr.^a Helena Teodósio, nomeadamente, junto do Ministério da Saúde, para que, conjuntamente, sejam equacionadas as melhores soluções para os problemas que têm vindo a acentuar a degradação dos serviços de saúde no concelho de Cantanhede. Defendemos a estabilização urgente do quadro de pessoal do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, sobretudo do corpo médico, de modo a melhorar os serviços e otimizar o bloco operatório. Defendemos ainda que é preciso avançar rapidamente com medidas que ponham cobro à escassez de valências cirúrgicas e à oferta limitada de consultas de especialidades, sem esquecer a necessidade urgente de melhorar as condições de trabalho em algumas áreas desta unidade hospitalar que se debate com dificuldades



de contratação de pessoal devido ao seu estatuto no âmbito do Setor Público Administrativo. Defendemos também a resolução imediata dos problemas de funcionamento da consulta aberta no Centro de Saúde, que nesta altura não responde às necessidades da população, o que torna absolutamente indispensável a implementação de um atendimento de urgência com mais médicos, com um horário mais alargado e com disponibilidade de meios complementares de diagnóstico. Defendemos ainda que se encontrem soluções para a falta de médicos nas unidades de saúde familiar e nas extensões de saúde, que tem gerado enormes carências nas respostas às populações, que assim ficam diminuídas ou mesmo desprovidas de acesso a cuidados básicos de saúde. Trata-se de uma situação cuja resolução é inadiável, bastando que a Administração Regional de Saúde do Centro cumpra com o que se comprometeu no protocolo que celebrou há alguns anos com a Câmara Municipal. Defendemos e enalteçemos a existência dos Postos de Atendimento de Cuidados de Enfermagem, uma resposta social criada e financiada pela autarquia ao abrigo de um protocolo que envolve também as juntas das freguesias que não possuem extensões de saúde, mas lamentamos que a ARS-Centro não esteja a cumprir com o que acordou com a Câmara Municipal relativamente ao seu funcionamento. Defendemos esta verdadeira descentralização dos cuidados de saúde, com um atendimento de proximidade com as populações, que se tem revelado da maior utilidade, respondendo às necessidades das pessoas, sobretudo das mais idosas. Lamentamos e estranhamos que a ARS-Centro além de não cumprir a parte que lhe compete no âmbito do protocolo assinado, também nada faça para que possam ser criados mais três postos de enfermagem onde realmente fazem falta. Defendemos a manutenção do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais como uma unidade hospitalar de referência a nível nacional, pelo que

nos suscita alguma apreensão e preocupação, qual o futuro que a tutela reserva para esta unidade, sobretudo quanto ao seu estatuto e quanto ao financiamento das obras programadas para aumentar o número de camas. Defendemos também a estabilização do quadro de pessoal do CMRRC – Rovisco Pais, sobretudo do corpo médico, de modo a melhorar os serviços. Defendemos o Sistema Nacional de Saúde (SNS), mas um verdadeiro SNS que promova efetivamente a saúde e reduza desigualdades no acesso à saúde. Não basta reduzir as desigualdades entre ricos e pobres, é também preciso reduzir as desigualdades entre litoral e interior, entre as sedes de concelho e as freguesias periféricas, entre as Unidades de Saúde Familiar e as Extensões de Saúde. Defendemos o SNS, mas um SNS que funcione, que garanta a qualidade dos serviços prestados, que seja capaz de se adaptar às necessidades dos cidadãos, que garanta condições de trabalho e motivação para os profissionais, que tenha serviços funcionais e articulados, que tenha equipamentos capazes e que seja competitivo, eficiente e sustentável. Defendemos o SNS, mas um SNS onde a saúde esteja em primeiro lugar e que funcione sempre a favor do utente, com uma afetação de recursos mais eficiente, com custos mais baixos para o Estado e para o contribuinte, com aumento da acessibilidade da população e sem perda da qualidade dos cuidados prestados, com um poder acrescido de escolha por parte dos cidadãos. Defendemos o SNS, defendemos a Saúde, defendemos o Concelho de Cantanhede e os seus cidadãos. Estranhamos que, tendo nos cargos mais importantes na área da saúde, profissionais que conhecem como ninguém a realidade concelhia, continuem a persistir os impasses que afetam a qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Trata-se de problemas que são do conhecimento de todos, pelo que defendemos que as entidades que tutelam estejam ao lado da Câmara Municipal na resolução de estes problemas, em benefício da população e no respeito



integral pelos princípios e valores subjacentes ao Serviço Nacional de Saúde. Assim sendo, pretendemos que o teor desta moção, após aprovação da mesma, seja comunicada às seguintes entidades: Ministério da Saúde, ARS do Centro, ACES Baixo Mondego, Hospital Arcebispo João Crisóstomo, Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais e aos Diretores dos Centros de Saúde do concelho de Cantanhede."-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Negrão, o qual fez a seguinte intervenção: "*Porque achamos que não podemos ter uma postura na rua e outra aqui nesta Assembleia, bem como, não defendemos uma coisa ontem, outra hoje e outra amanhã, conforme os governos que estão no poder, porque tentamos ser coerentes, e a moção ora aqui apresentada, na sua globalidade, faz transparecer, em grande parte, aquilo que nós CDU também defendemos em termos do SNS, iremos votar a favor da referida moção. Contudo, não esquecemos todas as ações levadas a cabo pelas gentes do nosso Concelho, pelo não encerramento ou passagem para a esfera do privado do HAJC - Hospital Arcebispo João Crisóstomo, que culminou com a entrega dum abaixo-assinado, protagonizado pelo MUSP (Movimento de Utentes de Serviço Público), com mais de 5000 assinaturas."*-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de seguida, a palavra à Sr.ª Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, como Membro da Assembleia e como médica de família no concelho, declarou ficar muito contente com o interesse do seu Município na saúde dos seus munícipes e por nunca parar de lutar pelo interesse e pela saúde no concelho. Acrescentou que, como médica, vive preocupada com a situação de saúde do concelho e com o desinteresse de quem pode e de quem manda e que bem conhece também o concelho, pois recordou que a atual Ministra da Saúde já trabalhou e já pertenceu à direção dum Hospital do

concelho, que a presidente da A.R.S. do Centro também já pertenceu à direção de um Hospital do concelho e que o atual diretor executivo do ACES Baixo Mondego, para além de já ter sido Diretor do Centro de Saúde de Cantanhede, também já foi médico de família no concelho. Por isso, considera estranho que não resolvam a situação da saúde no concelho, uma vez que a conhecem muito bem e poderiam ter um interesse maior. Enquanto médica de família, falou do Centro de Saúde e da consulta aberta, recordando que esta última é muito importante para os munícipes, pois permite uma acessibilidade fácil, eficaz e de excelência para todos. Afirmou que é tão boa que até pessoas fora do concelho fazem questão de lá ir, em vez de irem a Coimbra, a Montemor e a Mira, mas que é assegurada apenas por dez médicos do Centro de Saúde, deixando de lado, 15 médicos das USF e fazendo com que esses médicos que têm que dar cobertura a consulta aberta, têm que estar fora das suas extensões de saúde, ficando as extensões de saúde vazias dias e dias. Considerou que seria muito rápido e fácil resolver o problema, pois existe um protocolo assinado há anos, por coincidência ou não, pelo atual diretor executivo, que previa que, se por acaso houvesse prejuízo nas extensões de saúde poder-se-iam também abranger os médicos de todas as unidades do Concelho ou mesmo de fora, não compreendendo porque não foi colocado em prática. Realçou também que, em trinta anos, a escolha do coordenador do Centro de Saúde era feita por votação interpares e, pela primeira vez, foi por nomeação do Diretor Executivo, tendo sido nomeada uma médica recém-chegada ao Centro de Saúde, de fora do concelho e tirado o antigo coordenador, o Vereador Luís Silva, pessoa preocupada com a saúde no concelho e com o problema da consulta aberta. Assim, questionou se a opinião do Diretor Executivo é que a consulta aberta tem que acabar e que a saúde do concelho de Cantanhede não é importante, agradecendo à Câmara Municipal por nunca desistir da saúde. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual reiterando os argumentos da própria moção que a bancada do PSD vem defendendo há anos, afirmou que defendem um Sistema Nacional de Saúde, mas, sobretudo um Sistema Nacional de Saúde que funcione e sirva os cidadãos, partilham as preocupações e enaltecem as sucessivas diligências tomadas pela Câmara Municipal de Cantanhede no sentido de que as dificuldades que o concelho atravessa e as carências que a população todos os dias encontra, possam ser resolvidas. Recordou os problemas da consulta aberta, quer quanto ao horário, quer quanto aos meios complementares de diagnóstico, os problemas do hospital, os investimentos e as obras que estão previstas para o Hospital Rovisco Pais, as extensões de saúde que continuam fechadas dias e dias. Assim, justificou que, perante o avolumar das situações, seja na sua quantidade, seja no seu prolongamento no tempo, a bancada do PSD achou que devia apresentar a moção em análise. Parafraseando o Sr. Carlos Negrão, afirmou que é lógico que tudo seja política, tendo a bancada muitas vezes sido acusada que as coisas não andavam porque o Presidente da ARS tinha sido a dada altura nomeado pelo PSD, o Dr. José Tereso, mas com tantos responsáveis na área da saúde, nomeados na área política do PS e conhecedores do concelho de Cantanhede, está certo que a sua bancada saberá acatar responsabilidades se as coisas desta vez não funcionarem. Recordando a moção "Em defesa do Sistema Nacional de Saúde" apresentada pela bancada do PS na última Assembleia que não foi votada com a justificação de que não tinham tido conhecimento prévio da mesma, estranham que a mesma tenha perdido pertinência neste meio tempo e que não tenha sido apresentada a tempo e horas para poder ser discutida nesta Assembleia, o que teriam todo o gosto em fazer. Finalizou, afirmando que, como não o fizeram, a bancada do PSD trouxe a

presente moção que poderá ser subscrita pelas restantes bancadas, caso o pretendam.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de seguida, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que foram feitas reuniões, como todos sabem, que foi solicitada uma reunião à Sr.^a Ministra da Saúde para, de viva voz, se poder falar das preocupações que todos têm em Cantanhede. Acrescentou que tem insistido na urgência daquela reunião tendo a Chefe de Gabinete transmitido que a Sr.^a Ministra está com muito trabalho, pelo que só no início do próximo ano terá agenda. Afirmou acreditar que, pelo conhecimento que tem de Cantanhede, esteja recetiva a ouvir o que têm a dizer e a partilhar das mesmas preocupações. Informou, de seguida que os ofícios que foram no início do ano para a A.R.S., relativamente aos postos de enfermagem que estão em execução e aos novos postos de enfermagem, continuam sem ter resposta por parte da Presidente da A.R.S., apesar de já ter falado com ela em outras ocasiões. Considera inadmissível que uma instituição como a A.R.S. não dê uma resposta a uma Câmara relativamente a serviços de prestação de cuidados, que o Município está a complementar com as Juntas de Freguesia em prol dos munícipes do concelho. Estranha ainda que, apesar de tudo, a A.R.S. continua a enviar os consumíveis para aqueles postos de enfermagem sem ter por base um documento legal que o suporte, uma vez que os Protocolos não estão assinados. Referiu ainda que, também gostaria de saber porque é que o Dr. Luís Silva foi demitido do lugar onde estava, considerando que, no mínimo, seria um ato de boas ligações institucionais. Relativamente à consulta aberta, informou que diminuiu o número de médicos ao fim de semana. Informou ainda que tiveram a oportunidade de reunir com o Conselho Administração do Hospital e ainda com o Conselho de Administração do Hospital Rovisco Pais, os quais transmitiram as

C

suas maiores preocupações, essencialmente, no ponto de vista do pessoal, não só do corpo médico, como de enfermagem, de técnicos e auxiliares. Também gostaria de saber o que se passa com as obras já aprovadas e candidatas do Hospital Rovisco Pais, pois o concurso, à época, ficou deserto. Referiu ainda que está a ser projetado transformar mais Extensões de Saúde em Unidades de Saúde, invocando que os médicos da Unidade de Saúde não podem fazer urgência, o que vai desfalcar a consulta aberta. Relativamente a esta última que não serve, há que tentar que seja uma real urgência, com os apoios em termos dos meios auxiliares de diagnóstico e que qualquer cidadão de Cantanhede tem direito e merece ter. Finalizou afirmando que todas estas preocupações serão transmitidas à Sr.ª Ministra da Saúde.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de seguida, a palavra ao Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, o qual referindo-se ao Hospital Rovisco Pais, mais propriamente ao último parágrafo da página 2 da Moção, quando se refere ao financiamento das obras programadas, recordou que, no mandato anterior, a Assembleia Municipal em sessão de 16 de setembro de 2016 por subscrição da bancada do PSD e da bancada do PS, aprovou uma moção em que recomendava, depois de devidamente fundamentada, *"a todas as entidades envolvidas no processo de financiamento Portugal 2020 para este projeto"*, que é o projeto Rovisco Pais, *"uma decisão favorável face à importância de mesmo, conforme se demonstra na fundamentação anteriormente apresentada"*. Recordou que, na altura, foi uma moção consensualizada pelas duas bancadas, aprovada por unanimidade e enviada, tendo assegurado o financiamento de 2,1 milhões de euros para as obras do Rovisco Pais no âmbito da CCDRC. Seguidamente, dado que houve sucesso naquele financiamento, as bancadas do PSD e do PS, subscreveram um voto de reconhecimento pela aprovação do financiamento para o projeto de reabilitação e

reconversão do edifício do Hospital Rovisco Pais. Conforme já foi referido pela Sr.^a Presidente da Câmara, o anterior Conselho de Administração lançou concurso para aquelas obras, que ficou deserto e agora espera-se que o atual Conselho de Administração lance rapidamente concurso para que possa levar a bom termo aquele projeto que está devidamente financiado. Afirmou rezeir que, se não houver alguma celeridade, ou algum acompanhamento do processo, as verbas destinadas àquele projeto possam ser reprogramadas para outro, devendo todas as bancadas ter esta questão em consideração e ir fazer diligências no sentido de que as obras possam ser rapidamente colocadas a concurso, se ainda não foram. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de novo, a palavra ao Sr. Luis Pato, o qual recordou que, ao longo dos anos, a bancada do PS sempre foi defensora do Hospital Arcebispo João Crisóstomo no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, como é óbvio e referiu ainda que terá sido, em tempos, devido à intervenção da sua bancada na presente sessão, que o Hospital ainda se mantém como Serviço Nacional de Saúde, não tendo passado para a Misericórdia. Relativamente a esta questão, afirmou que serão tomadas as devidas diligências, com quem de direito, para tentar resolver a situação o mais rápido possível. Finalmente, relativamente à última intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, afirmou que os votos de louvor e de pesar, no seu entender, são elementos, e não ferramentas políticas, que devem unir as bancadas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação a Moção **“Por serviços de saúde de qualidade no Município de Cantanhede - Em defesa do Serviço Nacional de Saúde”**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----



----- Após a votação, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Artur Carvalhinho, o qual fez a seguinte intervenção: *"Relativamente a esta situação, tinha aqui feito um parágrafo introdutório relativamente à apresentação das moções, porque efetivamente em setembro apresentámos uma moção que não chegou sequer a ser votada aqui nesta assembleia. Efetivamente esta que está agora aqui em cima da mesa também não nos foi enviada previamente para nossa análise. O link que veio primeiro com documentação não permitia o acesso e no meu caso pessoal nem me foi enviado, tive que o solicitar. No entanto, relativamente à moção propriamente dita, a bancada do Partido Socialista, também manifestamos muitas vezes a defesa intransigente do SNS e com a necessidade de mais e melhor saúde para o concelho. No entanto, há aqui algumas situações que eu gostaria de esclarecer, porque fala-se em degradação dos serviços de saúde, mas muitas vezes é preciso objetivar efetivamente as situações. Algumas foram aqui objetivadas, mas há outras que eu gostaria de contrapor, porque grande parte destes problemas que se fala na moção, não são situações novas, são situações que se arrastam há vários anos. Todos nós ouvimos falar há vários anos dos problemas da consulta aberta, problema de falta de médicos e afins, mas há outras situações que, de facto, se tem feito um esforço para que elas sejam resolvidas ou pelo menos melhoradas. Na questão da estabilização dos mapas de pessoal, a regularização PREVPAP, permitiu, só no HAJC, a regularização de 5 enfermeiros, 10 Assistentes operacionais, entre outros profissionais, situações estas que já se arrastavam há mais de dez anos, portanto, não são novas e estamos a falar de 10 assistentes operacionais que é um aumento de 50 por cento do mapa de pessoal nesta área. Quanto às consultas da especialidade, também no Hospital de Cantanhede, situação que também já foi apresentado ao Executivo, já foi dada esta informação nas ações de debate, reuniões,*

levadas a cabo pela senhora Presidente da Câmara, o desafio será de encontrar num passado recente uma altura em que o Hospital de Cantanhede tivesse mais especialidades e mais diversas que aquelas que apresenta atualmente. Efetivamente em termos de diversidade, nunca o Hospital de Cantanhede teve uma oferta tão diversa como tem agora, em termos de consultas de especialidade. Relativamente ao futuro do Hospital Rovisco Pais, importa também referir que foi recentemente este mês, mesmo, transferido do grupo A para o grupo G, o que significa entre outros aspetos que o financiamento de uma consulta de especialidade passa de pouco mais de 30 euros para mais de 100 euros. Esta também era uma luta antiga do Hospital Rovisco Pais há muitos anos que também não se encontrava resolvida. Relativamente à necessidade de mais médicos no concelho, situação também identificada na moção do PSD, conhecendo alguns concursos que ficaram desertos, a questão é se não estará na altura da Câmara Municipal de Cantanhede, passar das palavras, debates, reuniões e audiências para uma postura mais pró-ativa, seguindo o exemplo de várias Câmaras Municipais, como por exemplo a de Cinfães, que em 2016 criou incentivos para a fixação de médicos no concelho. Fica a sugestão."-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização / Correção do n.º 2 do art.º 45.º»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual recordou que na anterior sessão foi aprovado o Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização, e que, por lapso a questão do arredondamento previsto no n.º 2 do artigo 45.º não estava correto pois referia que, o valor das taxas que serão e atualizadas no dia 1 de janeiro de cada ano, em função dos índices de preços no consumidor, sendo que os arredondamentos daí

resultantes seriam feitos por excesso, para o n.º inteiro. Assim, esse artigo foi corrigido para que fique a constar que os arredondamentos, nesses casos, são feitos, por excesso, para a segunda casa decimal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Edificação e Urbanização / Correção do n.º 2 do art.º 45.º»** colocado a votação, tendo sido provado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento Municipal de Feiras e Venda Ambulante do Município de Cantanhede»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual informou que o Regulamento Municipal de Feiras e Venda Ambulante do Município de Cantanhede foi adaptado por força da lei e juntou o Regulamento das Feiras e o Regulamento da Venda Ambulante que já existiam. Informou de seguida as principais alterações, nomeadamente: - A atribuição dos cartões do respetivo feirante é efetuada através da Direção-Geral das Atividades Económicas e não através do Município, reduzindo os encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas por via da eliminação de licenças, autorizações e condicionamentos prévios para atividades específicas, simplificando os licenciamentos de atividades económicas tais como, comércio a retalho não sedentário exercido por feirantes e vendedores ambulantes; - o CAE - Código da Atividade Económica, pode dar acesso à atividade de forma alargada, aumentando a variedade das áreas de comercialização das feiras; - A atribuição dos lugares da Feira, é por sorteio, deixando de haver preferência pelos herdeiros ou colaboradores dos feirantes titulares do lugar: - A renovação automática

do direito ao lugar, deixou de existir, passando a haver o sorteio obrigatório de 4 em 4 anos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento Municipal de Feiras e Venda Ambulante do Município de Cantanhede»** colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento Municipal do Centro de Recolha Oficial de animais de Companhia do Município de Cantanhede»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual informou que também o Regulamento Municipal do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Cantanhede foi adaptado por força da lei. Acrescentou que, essencialmente, foi alterado o artigo 13.º no sentido de apenas ser permitida a eutanásia de animais feridos ou doentes, ou que tinham sido agressivos com outros, sendo que o restante Regulamento mantém-se praticamente inalterável.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual acrescentou que tem sido um tema reiteradamente falado na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e uma situação que preocupa todos os Municípios do país. Acrescentou que, com a alteração da lei, no momento, o canil municipal está cheio, estando já mais boxes compradas para o aumentar. Referiu que a responsabilidade da recolha dos animais é municipal e com o facto dos cães e gatos só podem ser eutanasiados, se se tratar de uma situação de saúde do próprio animal de companhia, naturalmente, terá de haver outro tipo de soluções. Informou ainda que, em Cantanhede, há uma média de 300 a 400



cães capturados por ano e, sendo otimista, poderão ser adotados na ordem dos 50 cães por ano. Referiu que os números da Figueira e de Coimbra são assustadores, para não falar dos concelhos que não tendo canil, nem sequer indicam quantos cães é que têm por ano. Deixou a sua preocupação perante a situação grave que poderá vir a acontecer, uma vez que esta medida apenas se aplica a cães e gatos de companhia, sendo que os restantes deverão ficar nos canis, com as condições ideais para lá estarem e não andarem à solta, em matilhas, podendo atacar rebanhos e até pessoas. Referiu ainda que o facto de ficarem fechados numa cela também não será a solução certa porque estarão continuamente fechados e que o ideal seria criar um canil em cada freguesia com o devido acompanhamento veterinário.-----

----- O Sr. Luís Pato referiu que, efetivamente, se trata de uma situação muito delicada e sugeriu que a Câmara Municipal tentasse promover, através de uma campanha, a adoção de alguns daqueles animais, para tentar mitigar um pouco aquelas situações.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual informou que a sua Junta de Freguesia levará à próxima Assembleia de Freguesia um documento a manifestar a preocupação e os problemas existentes na freguesia que, se for aprovado, será oportunamente remetida à Câmara Municipal. De seguida, recordou que a legislação nesta área, como em muitas outras é feita por burocratas de Lisboa, que não sabem o que é que se passa no campo e nas aldeias, uma vez que o problema dos cães abandonados e das matilhas se põe sobretudo ao nível das zonas rurais. Acrescentou que, se a democracia se faz de equilíbrios e de gestão de equilíbrios, os três partidos políticos representados, inclusivamente o PSD e o PAN, vieram criar um fator de desequilíbrio na Assembleia da República, defendendo e bem

os direitos dos animais, mas perante esta nova realidade, tem havido alguma incapacidade dos outros partidos de se saberem adaptar e de colocar entraves quando as propostas são ridículas ou vão na defesa dos interesses dos animais, mas contra os interesses das pessoas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Miguel Gentil, o qual reforçou que, atualmente os animais abandonados são um problema a nível nacional e, por isso, cada vez mais, as pessoas estão a colocar os animais equiparados a elas próprias e muitas até acima delas. Acrescentou tratar-se de uma questão, sobretudo, de mentalidade, onde as Câmaras deverão ter um papel preponderante para a tentar mudar e que poderá levar alguns 10 anos. Referiu que, na Holanda não existem animais abandonados, nomeadamente, cães e gatos que são o problema maior. Voltou a afirmar que as Câmaras devem ter a iniciativa para mudar a mentalidade porque, de outra forma, só se for com multas elevadas para quem abandona os animais. Relativamente aos maus tratos, recordou que a Lei já está em vigor e as pessoas têm que perceber que é mesmo um crime abandonarem os animais e não quererem saber deles. Assim, devem ser sensibilizados nesse sentido, por ser um crime, pois só assim é que pode resultar o não abandono dos animais e reduzir os mesmos nos canis. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento Municipal do Centro de Recolha Oficial de animais de Companhia do Município de Cantanhede»** colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e Uniãos de**



Freguesia parceiras / Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2017/2018», o Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival “Pica no Chão”, 5.ª Mostra Gastronómica e Cultural de Febres», o Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e União de Freguesias do Concelho de Cantanhede / Semanas Culturais», o Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Summer Tinho», o Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Torneio de Futebol Infantis Vila de Ançã» e o Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias ou União de Freguesia do Concelho», tratam de atribuições de subsídios às Juntas de Freguesia, pelo que solicitou que fossem explicados em conjunto, sendo, de seguida votados individualmente. Informou, de seguida que: - Relativamente ao ponto 8, trata-se da atribuição dos subsídios às entidades parceiras da Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede, nomeadamente, cursos de pintura, bordados e Arraiolos, entre outros. Acrescentou que decorreram 33 cursos no concelho que atingiram 18.150,00 €, no entanto à Assembleia Municipal, apenas são presentes os subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia, de acordo com o número de cursos levados a efeito, nomeadamente, Freguesia de Ançã – 1.100,00 €, Freguesia de Cadima – 1.100,00 €, Freguesia de Febres – 1.650,00 €, Freguesia de Murte de – 550,00 €, Freguesia de Ourentã, 550,00 €, Freguesia da Sanguinheira - 550,00 €, União das Freguesias de Portunhos e Outil - 1.650,00 € e Sepins e Bolho - 2.200,00 €; - Relativamente às mostras

gastronómicas coordenadas pelas Juntas de Freguesia, informou que foi atribuído um subsídio à Junta de Freguesia de Febres, pela organização do Festival Pica no Chão – 5ª Mostra Gastronómica e Cultural de Febres, que decorreu de 31 de agosto a 2 de setembro, no valor de 1.350,00€, e às Semanas Culturais das Freguesias do Concelho, nomeadamente à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, à Freguesia da Sanguinheira, à Freguesia de São Caetano e à Freguesia de Ançã, um subsídio para cada uma de 850,00 €. E ainda à União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, pela organização da Mostra Gastronómica *Summer Tinho*, realizada nos dias 10 e 11 de novembro o valor de 400,00 €. Pela organização do Torneio de Futebol de Infantis da Vila de Ançã, que decorreu de 17 de junho do corrente ano, integrado no mês da Cultura, Saúde e Desporto, no qual participaram além do Ançã Futebol Clube, o Sport Lisboa e Benfica, o Sporting Clube de Portugal, o Benfica de Castelo Branco, o Oliveira do Bairro e o Nogueirense, a atribuição de um subsídio de 659,00 €. Também a atribuição de subsídios em géneros relativos a situações que ficam de fora de alguma empreitada ou material que não está contemplado nos contratos Interadministrativos e, portanto, contabilisticamente tem que se converter em atribuição de subsídios em géneros relativos a bens doados e a serviços fornecidos às Freguesias, nomeadamente, à Freguesia de Ançã, fornecimento de areia fina branca para o cemitério no valor de 141,24 €, à União das Freguesias de Covões e Camarneira relativo a trabalhos complementares numa empreitada no valor de 7.374,63 € e à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, relativa à regularização do campo de futebol do Corticeiro de Cima, o valor de 6.552,70 €.

C

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 8**
- **«Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e União de Freguesia parceiras / Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2017/2018»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 9** - **«Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival “Pica no Chão”, 5.ª Mostra Gastronómica e Cultural de Febres»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocada à votação o **Ponto 9**
- **«Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Festival “Pica no Chão”, 5.ª Mostra Gastronómica e Cultural de Febres»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 10** - **«Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e União de Freguesias do Concelho de Cantanhede / Semanas Culturais»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 10** - **«Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e União de Freguesias do Concelho de Cantanhede / Semanas Culturais»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 11** - **«Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Summer Tinho»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Egídio Patrão, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que o "*Summer*

Tinho” foi o primeiro evento organizado pela Junta de Freguesia, em colaboração com as Associações, quer de Vilamar, quer do Corticeiro de Cima. Acrescentou ser um evento gastronómico que pretende dinamizar toda a gastronomia Gandareza com o cruzamento dos vinhos da Bairrada. Assim, agradeceu a todas as associações que colaboraram e participaram ativamente em todo o evento, que foi um sucesso logo no primeiro ano, sendo assim para continuar, com mais força, noutros moldes e noutro contexto. Agradeceu, de seguida, a presença da Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso e de muitos membros da Assembleia que estiveram presentes. Finalmente, deu os parabéns à Câmara pela organização do 1.º Congresso da Baga, porque a Baga está ligada à Bairrada, sendo um produto de excelência a nível nacional e mundial.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Summer Tinho»**, tendo este sido aprovado por unanimidade».-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Torneio de Futebol Infantis Vila de Ançã»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Torneio de Futebol Infantis Vila de Ançã»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias ou União de Freguesia do Concelho»**.-----



----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias ou Uniãoes de Freguesia do Concelho»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2018 pela Câmara Municipal de Cantanhede»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, no período compreendido entre 19 de junho e 20 de novembro, as isenções de taxas concedidas totalizaram 31.268,56 €. Acrescentou que as mesmas foram concedidas a Agrupamentos de Escolas, à AEC, à Academia de Música, à Associação Humanitária de Bombeiros, a IPSS, a Escolas e às Freguesias, entidades enquadráveis no Regulamento. Referiu, de seguida, que estas isenções começam a atingir valores extraordinários e que merecem alguma reflexão, pelo que após contacto efetuado com outras Câmaras, verificou as mesmas ultrapassam qualquer média, comparando com as isenções concedidas pelos Municípios circundantes. Informou ainda que, no presente ano, a Câmara já isentou 320.572,18 €, valor que, do ponto de vista orçamental é representativo e seria decerto bem canalizado. Assim, considerou ser uma questão a ponderar e repensar estas isenções para o futuro, até porque muitas são dadas a entidades às quais a Câmara está a subsidiar para a realização dos eventos em causa. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a**

celebrar com as Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho para o ano de 2019 / Requalificação Urbana nas Freguesias». -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que o valor global, que é entendido em termos da área da população e que é acertado com cada Junta de Freguesia, é distribuído em várias vertentes, sendo os Contratos Interadministrativos uma delas. Acrescentou que os Contratos Interadministrativos representam valores que os Senhores Presidentes de Junta e os seus executivos entendem aplicar em áreas que são da propriedade do Município, nomeadamente, referentes a passeios, largos, tudo o que a Junta está a fazer, mas cuja propriedade pertença ao Município e ascendem ao total a 317.005,00€. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com as Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho para o ano de 2019 / Requalificação Urbana nas Freguesias»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Procedimentos a adotar pelo Município para as execuções fiscais das dívidas provenientes das receitas administradas pelo Município / Para conhecimento».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que já no período antes da ordem do dia se falou da questão das refeições escolares, que é algo de preocupante e que tem que ser continuamente acertado e beneficiado. Recordou ainda que o financiamento do Programa de Generalização das Refeições Escolares é repartido pelo Município, pela



Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e pelos encarregados de educação, mediante o escalão de apoio em que cada aluno está inserido. Informou, de seguida, que ao longo dos anos, tem-se constatado a acumulação de dívidas por parte dos encarregados de educação, exemplificando que em 31 de dezembro de 2017 a dívida acumulada ascendia a 109.064,73 €. Entretanto, após várias notificações, houve alguns pagamentos e à data de 6 de novembro de 2018 o valor passou para 98.242,10€. Informou, de seguida que a Lei n.º 7/2016 de 30 de março, Lei do Orçamento do Estado, determina no seu artigo 7.º, n.º 4.º que a competência para a cobrança coerciva daquela receita, pode ser atribuída à autoridade tributária, mediante a celebração de protocolo. Assim, em 24 de Maio de 2016, o Município desenvolveu todos os contactos necessários com a autoridade tributária, tendentes à celebração daquele protocolo, o que veio acontecer em 5 de janeiro de 2018. Informou ainda que, nos termos do n.º 2 da 1ª cláusula daquele protocolo, a Autoridade Tributária é competente para cobrar coercivamente, acrescido dos respetivos juros, as taxas e tributos municipais, as rendas de concessões municipais e as dívidas dos encarregados de educação, cujo prazo legal para o pagamento voluntário tenha ocorrido após o dia 1 de abril de 2016. Assim, aquela dívida de quase 100 mil euros, neste momento, tem 3 vertentes: - Uma parte que já se encontra prescrita porque ao longo destes anos os pais não pagaram e o prazo de prescrição é de 8 anos, o que representa o valor de 8.318,59 €; - Uma outra parte pode ser executada fiscalmente, representando dívidas que decorrem entre 1 de janeiro de 2011 e 1 de abril de 2016, num valor total de 51.738,24 €; - E as restantes dívidas vencidas depois de 1 de abril de 2016, que serão executadas fiscalmente pela Autoridade Tributária e totalizam 38.185,17 €. Informou de seguida que, o procedimento, será o seguinte: Num prazo de 30 dias, todos os contribuintes que tenham dívidas por regularizar são notificados

a liquidar as mesmas, sendo-lhes concedido um prazo de 30 dias a contar da data de receção da notificação, findo o qual os processos serão executados fiscalmente ou pelos Serviços Jurídicos do Município ou pela Autoridade Tributária, mediante a sua antiguidade. Voltou a referir que estão prescritas todas as dívidas tituladas até 31 de dezembro de 2010, pelo que se deve autorizar as respetivas movimentações contabilísticas para que, o valor em causa seja retirado das contas do Município e autorizar a remessa dos processos à Autoridade Tributária para que procedam àquela cobrança. Deverá ainda ser autorizada a remessa dos processos para que procedam à cobrança das restantes dívidas, após decorridos os prazos determinados na notificação, a serem remetidas às entidades devedoras.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sessão de 18/12/2017 / Para conhecimento».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, entre 14 de setembro e 30 de novembro de 2018 e ao abrigo daquela mesma autorização, foram feitos vários concursos, nomeadamente, a aquisição de licenças de *software* e a prestação de serviços de consultadoria para o Projeto Empreendedorismo e Cidadania do Plano Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo da Região de Coimbra, no Município de Cantanhede. Foi também atribuído um subsídio a Uniões das Freguesia de Covões e Camarneira que foi retirado, e ainda a atribuição de um subsídio à Associação de Cordinhã Rumo ao Futuro, que entretanto deslizou depois para o ano de 2019. Também a Quotização da Associação Beira Atlântico Parque, a atribuição de subsídio para a celebração de parcerias para a gestão de atividades de

L

animação e apoio à família da educação pré-escolar e dos jardins-de-infância do concelho e subsídios ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio a Agregados Familiares em Situação de Extrema Carência Económica do concelho. Referiu também o transporte de alunos para os estabelecimentos de ensino, no âmbito do Projeto Escola Ciência Viva do Rómulo, do Centro de Ciência Viva da Universidade de Coimbra. Esclareceu que o Professor Carlos Fiolhais escolheu o Município de Cantanhede para aquele projeto, que vai levar todos os alunos do 4.º ano, durante uma semana, aos laboratórios da Faculdade de Física. Informou que todos os alunos durante uma semana estarão em contacto com a ciência, o que será uma experiência muito interessante. Acrescentou ainda que foi também celebrado um Contrato Emprego-Inserção. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se da autorização que permite a situação apresentada no ponto anterior. Assim, solicita-se que a Assembleia Municipal dê uma autorização prévia genérica, favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara, nos termos do disposto da Lei, sendo que todos eles têm que resultar de planos plurianuais legalmente aprovados, os encargos não podem exceder o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução deve ser de 3 anos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto**

18 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)», tendo este sido aprovado por maioria com 27 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 19 - «Comunicação da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais / Alerta Precoce de Desvios relativo ao ano de 2017 / Para conhecimento».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, à semelhança do que aconteceu no ponto anterior, quando a dívida total do Município atinge ou ultrapassa a média da receita corrente liquidada e cobrada nos 3 exercícios anteriores, a DGAL informa os membros do Governo ou as Autarquias Locais, bem como os Presidentes dos Órgãos Executivos e Deliberativos do Município, que por sua vez informam os respetivos membros na primeira reunião ou na sessão seguinte. Assim, informou que, relativamente a Cantanhede e de acordo com a informação prestada pela Divisão Financeira, como enuncia a epígrafe do artigo 57, referido naquela Lei, esta comunicação deve ser interpretada como tal, uma vez que ao abrigo do mesmo artigo, o Município de Cantanhede em 2017 cumpriu o limite de endividamento imposto legalmente nos termos das conclusões inscritas no relatório de gestão, as quais se sintetizam e que são as seguintes: Como a média da receita corrente, do triénio é de 18.541.463,36 € e o limite da dívida total que seria 1,5 vezes a média, daria 27.812.195,04 €, como a dívida total do grupo autárquico foi de 20.519.241,00 €, há um saldo de 7.292.953,71 €. Portanto, com base naqueles valores, o Município, além de ter cumprido o limite de endividamento, ainda gerou uma folga na qual se poderia endividar que ultrapassa os 7.000.000,00 €. Informou ainda



que, em 2018 se confirma a tendência de redução do endividamento e que o valor de endividamento total ficará ligeiramente abaixo da média da receita corrente, no triénio, garantindo-se um saldo para novos endividamentos na ordem dos 10.300.000,00 €, estando assim, do ponto de vista legal, a cumprir o que é imposto pela tutela.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 20 - «Reembolso e restituição da Derrama liquidada em 2018 pelos Sujeitos Passivos com volume de negócios inferior a 150.000,00 €, no exercício económico de 2017 / Para conhecimento».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, foi aprovada na Assembleia Municipal, para 2018, a taxa da derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, a taxa de 1,5% para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior superior a 150.000,00€ e uma taxa de 0% para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapassasse os 150.000,00 €. Informou ainda que o Município procedeu no dia 19 de dezembro de 2017, nos termos do n.º 17 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 ao reporte eletrónico à Autoridade Tributária e Aduaneira e comunicou o mesmo, em 29 de dezembro de 2017, por ofício para o Serviço de Finanças de Cantanhede. Porém, verificou-se que o reporte eletrónico efetuado continha um lapso, não tendo sido convenientemente reportada a isenção dos sujeitos passivos com aquele volume de negócios, e aquelas empresas foram notificados para pagar. Aqueles mesmos sujeitos passivos pagaram assim, indevidamente, a derrama relativa ao exercício do ano económico de 2017, contrariando a vontade dos órgãos autárquicos e, detetado o lapso, o Município foi informado que a sua devolução deveria ser operacionalizada na sua esfera. Informou, de seguida que, após se ter tentado realizar a correção por parte

da Autoridade Tributária, a informação que foi dada foi que o reporte tinha de ser feito através do próprio Município. Assim, propõe-se que se informem os sujeitos passivos com aquele volume de negócios e que pagaram a derrama, para juntar toda a documentação que lhes vai ser informada, de forma a que o Município possa ressarcir todas aquelas empresas que pagaram indevidamente. Finalmente, informou ainda que também foi notificada a AEC no sentido de divulgar esta ação e reforçar o contacto com todos os seus associados.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 21 - «Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto / Transferência de competências para as Autarquias Locais / Diplomas Sectoriais (já publicados) / apreciação discussão e votação da Proposta de não aceitação da Delegação de Competências por parte do Município».** -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou a deliberação já tomada anteriormente, relativa ao ano de 2019, da não aceitação por parte do Município da delegação das competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Informou de seguida que, entretanto, foram publicados os diplomas legais de âmbito sectorial, previstos na Lei n.º 50/2018, relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento da transferência em causa. Acrescentou que, no momento, apenas foram publicados alguns diplomas sectoriais dirigidos aos Municípios, devendo estes, ainda em 2019, comunicar à DGAL em caso de não aceitação daquelas delegações de competências. Recordou, de seguida que a Câmara já deliberou no sentido de, em 2019, não aceitar nenhuma descentralização de competências, porque entende que quaisquer que sejam as competências, tem que haver um estudo pormenorizado, para



conhecimento efetivo de qual o encargo que irá recair sobre o Município. Esclareceu, de seguida, que no caso concreto, os setores que foram publicados têm a ver, essencialmente, com as praias marítimas, fluviais e lacustres, jogos de fortuna e azar, promoção turística, vias de comunicação, justiça, gestão de fundos comunitários, apoio aos bombeiros, estruturas de atendimento ao cidadão, habitação, património, estacionamento público, estando em causa transferências, não só para os Municípios, mas também para as Freguesias e para as CIM's, as quais também terão que deliberar sobre a aceitação ou não daquelas competências. Referiu ser verdade que, no que toca às praias, apesar da competência ser da Capitania do Porto da Figueira da Foz em muitas daquelas situações, o Município em conjunto com as Juntas de Freguesia e as Associações já assume algumas responsabilidades, tais como os nadadores-salvadores, a limpeza do areal ou a retirada das areias dos passadiços. Contudo, considera que deveria haver uma informação bem detalhada do que está em causa naquelas transferências. Relativamente às competências relacionadas com modalidade afins de jogos de fortuna e azar, recordou que Cantanhede ainda não tem Casino e relativamente às competências relacionadas com as Vias de comunicação, afirmou ser uma área que tem que ser muito bem estudada, nomeadamente, quanto aos seus impactos financeiros. Relativamente à área da justiça, recordou que, também aí, o Município já articula muitos assuntos com a parte da ação social. Referiu também que algumas competências serão para a CIM, como, por exemplo, a questão do apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários, área essa que também o Município irá apoiar apesar da situação ainda não estar bem clarificada a nível nacional. Referiu-se ainda aos postos de apoio ao Cidadão existentes em algumas vilas do Concelho, muito bons para o cidadão, mas que são da responsabilidade de cada Freguesia. Referiu-se ainda à habitação,

recordando que Cantanhede não tem habitação social, e à questão do estacionamento público, cujas competências também já se encontram delegadas. Finalmente informou o Executivo, que o Município tem um trabalho profundo pela frente, tendo que efetuar a reestruturação necessária com vista a agregar, no futuro, as novas competências, sobretudo em áreas complexas como a educação, a saúde e a ação social. As equipas do Município terão de analisar em termos valores e projetos, para que a sua discussão e decisão seja feita de forma segura e os munícipes não fiquem prejudicados pelo envolvimento financeiro da Câmara. No momento, não poderia assumir estas novas competências, sem ter dados concretos em termos daquela mesma responsabilização. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 21 - «Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto / Transferência de competências para as Autarquias Locais / Diplomas Sectoriais / Apreciação discussão e votação da Proposta de não aceitação da Delegação de Competências por parte do Município»**, respeitante aos seguintes diplomas já publicados: - Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro; - Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro; - Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro; - Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, na parte que diz respeito às competências nos órgãos municipais; - Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro, na parte que diz respeito às competências nos órgãos municipais; - Decreto- Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro, na parte que diz respeito às competências nos órgãos municipais; - Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro; - Decreto-Lei n.º 106/208, de 29 de novembro; - Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro. Este ponto foi aprovado por maioria, com 27 votos a favor e 6 votos contra. -----

C

----- Após a votação, o Sr. Luís Pato apresentou uma declaração de Voto, subscrita pelos elementos da bancada do PS, do seguinte teor: *"O nosso voto contra está relacionado com o facto de, na essência, esta Lei ser uma transferência de algumas competências que se encontra ainda em processo de maturação. Será importante por isso destacar que ainda é possível adiar o tempo de decisão, logo pode ser melhor avaliado, pode receber as competências de uma forma gradual, aliás, como está explicito, o pacote financeiro que acompanhará este processo ainda não está concluído, está a ser preparado. Trata-se de uma política de proximidade que, neste caso já apresentada e defendida por executivos anteriores, recordo-me dos executivos liderados pelo Doutor João Moura. Mais uma vez, consideramos que existem valores ideológicos que sustentam esta decisão da Câmara Municipal de Cantanhede. Perguntamos, se a tutela, neste caso o Governo, fosse composta pelo PSD, será que a decisão da Câmara Municipal de Cantanhede era desta natureza? Aqui está mais uma prova de ideologia a nortear as decisões da Câmara Municipal de Cantanhede, embora digam sempre que não. Por estes motivos e como se trata de uma situação que é irreversível, a bancada do Partido Socialista vota contra."* -----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de Voto, subscrita pelos elementos da Bancada do PSD, do seguinte teor: *"A bancada do PSD vota favoravelmente esta proposta, porque entende, concordando, com o PS, que é necessário algum tempo de maturação, mas entendemos que a melhor forma de maturar e ponderar as variáveis em jogo, é não aceitando no imediato e a bancada do PSD regista também a carga ideológica subjacente a esta proposta, nomeadamente, regista a carga ideológica da bancada dos Vereadores do PS na Câmara Municipal que votaram favoravelmente e dos deputados na Assembleia Municipal que votaram contra. Está aqui a matriz ideológica*

e a coerência."-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 22 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2019 / Transportes Urbanos de Cantanhede»-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, solicitou autorização ao Sr. Presidente da Mesa que fosse o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Idalécio Oliveira a apresentar este e os três pontos seguintes.-----

----- Interveio então o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Idalécio Oliveira, o qual informou que há algumas atividades que são reguladas e, portanto, têm que ser sustentáveis, é o caso do abastecimento de água, da drenagem das águas residuais e dos resíduos urbanos. Acrescentou que, no entanto, há outras atividades da INOVA, decorrentes da delegação de competências da Câmara Municipal, que não tem qualquer sustentabilidade, porque não geram receitas ou as receitas que geram são muito reduzidas, e que são feitas com base em contratos-programa com a autarquia. Assim, relativamente aos transportes urbanos, recordou que a atividade consiste no transporte de passageiros na cidade de Cantanhede e nas freguesias, através de linhas que foram constituídas há alguns anos. Acrescentou que são realizados por prestação de serviços externos, conforme trajetos e horários previamente definidos pela INOVA. Informou ainda que, na atribuição dos seus gastos, há um aluguer de um mini autocarro de 31 lugares, os meios humanos e materiais necessários à emissão da bilhética e à divulgação do serviço e a amortização do investimento que foi realizado nas paragens. Referiu ainda que o contrato-programa tem um valor proposto de 56.000,00 € e que o aluguer do autocarro



é de 55.454,00€. Acrescentou que o preço médio das viagens é de 0,49 € por viagem, o que se traduz uma receita anual, de aproximadamente, de 7.000,00 € e, portanto, com gastos diretos nesta atividade de 2.060,00 €, e um resultado líquido no final do ano de 860,00 €.

----- Saiu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, assumiu a Presidência o Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, o qual solicitou ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Idalécio Oliveira que explicasse já o **Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Limpeza urbana», o Ponto 24 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Quinta Agrícola Biológica» e o Ponto 25 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes».**

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Inova, Eng.º Idalécio Oliveira, informando que, relativamente ao contrato-programa para a limpeza urbana, é uma atividade que é realizado por administração direta, nas áreas urbanas de Cantanhede e Praia da Tocha e também com o apoio às freguesias e União de Freguesias, nas restantes áreas urbanas do Município, para além de uma prestação de serviço externa que funciona na Praia da Tocha e do Palheiro, durante

a época balnear. Acrescentou que toda aquela operação da limpeza urbana é feita com: - 18 colaboradores da INOVA, 12 afetos a 100% e os restantes parcialmente; - Os Serviços externos vão custar previsivelmente 78.540,00 €; - O valor do contrato-programa é de 293.000,00 €. Relativamente à Quinta Agrícola Biológica junto à Zona Industrial recordou tratar-se de um projeto-piloto que tem vindo a ser assegurado pela INOVA com a produção de produtos agrícolas e alguma produção animal, feita com meios próprios. Informou ainda que: - Necessita de 4 colaboradores, 2 a 100% e 2 com afetação parcial; - A venda dos produtos ascende a cerca de 5.000,00 € por ano; - Os custos de pessoal elevam-se a 35.247,00 €; - O valor proposto para este contrato-programa é de 45.000,00 €, sendo expectável que, no final do ano resulte um resultado líquido de 465,00 €. Relativamente aos espaços verdes, informou que: - A empresa municipal faz a manutenção de 28,21 ha de espaços públicos no Município de Cantanhede, sendo que cerca de 15 ha são feitos por administração direta e os restantes, através de subcontratos; - Estão 17 trabalhadores afetos àquela atividade, 16 a 100% com um custo previsto de 618.000,00 € para o ano de 2019; - Existem subcontratos para a manutenção de espaços verdes na Praia da Tocha, em todas as freguesias, para o relvado do Parque Expo Desportivo de São Mateus e para a poda das árvores nas freguesias, sendo que os espaços da cidade são mantidos diretamente pela INOVA; - Representa uma área de 28,21ha; - O valor proposto para o contrato Programa é de 618.000,00 €.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 22 – Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de**



2019 / Transportes Urbanos de Cantanhede», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Após a votação, o Sr. Alcides Alves apresentou uma Declaração de Voto subscrita pela Bancada do PS, do seguinte teor: *"Ao ter como génese a importância que a sustentabilidade tem no mundo contemporâneo, isto é, cada vez mais se amplia um ideal ecológico de modo a sensibilizar os cidadãos a viajarem menos em automóveis pessoais passando a servirem-se de transportes públicos. Por isso, a proposta de financiamento, aqui apresentada é manifestamente reduzida. Achamos que a Câmara Municipal de Cantanhede quer aos poucos mitigar este serviço reduzindo-o progressivamente a algo completamente dispensável. Nós achamos o contrário! Não defendemos o centralismo. Defendemos e promovemos todos os cidadãos. Por isso, consideramos que este serviço de transportes deve ser promovido através de uma campanha de publicidade forte e dirigida. Devia ter horários mais alargados e com mais dias. Aliás, basta olhar para os índices demográficos da nossa terra, que indicam a presença de uma população cada vez mais envelhecida, para perceber este aspeto e quiçá a importância que esta rede pode vir a ter para o concelho de Cantanhede."*-----

----- Entrou o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, assumindo de novo a Presidência.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Limpeza urbana».**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato –**

Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Limpeza urbana», tendo este sido aprovado por unanimidade.-

----- Passou-se de seguida ao Ponto 24 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Quinta Agrícola Biológica».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 24 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Quinta Agrícola Biológica», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 25 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 25 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2019 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 26 – «Apreciação, discussão e votação da



5.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2018».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se trata também de uma questão de movimentação contabilística, sendo que uma delas, tem a ver até com a votação que acabou de ser feita, dos valores inscritos na plurianualidade das Grandes Opções do Plano e com os contratos-programa acabados de votar, assim como outros. Acrescentou que, também decorrente da comparticipação de fundos comunitários e de vendas de Zonas Industriais, houve necessidade de fazer um acerto no orçamento na diminuição do valor global da receita, por não ter havido gastos dos fundos comunitários e houve a questão da diminuição da despesa para acertos relativamente aos gastos com energia e com pessoal. Finalizou concluindo que são medidas meramente contabilísticas para que se possa até ao final do ano continuar a fazer os procedimentos necessários.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 26 – «Apreciação, discussão e votação da 5.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2018»**, tendo este sido aprovado por maioria, com 26 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Saiu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual solicitou previamente à Mesa da Assembleia Municipal que fosse registado expressamente em ata a sua saída.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2019».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que este orçamento poderá e deverá ter alterações ao longo do ano devido às implicações que já referiu, nomeadamente, pelo grande aumento nas empreitadas decorrente da falta de empresas concorrentes aos diversos concursos dos municípios e de outras entidades. Informou ainda que, também poderá haver alterações relativamente à descentralização, pois não existe nenhuma situação partidária que impeça a decisão do Município de Cantanhede de poder aceitar. Assim, este orçamento poderá ter alterações, caso se considere a área da Educação. Também relativamente ao quadro comunitário, verifica-se que as obras estão muito mais lentas, não se sabendo o que vai acontecer pois há muitas obras que estão para concurso, e não se sabe se vai ou não vai haver concorrentes suficientes para que as obras tenham a celeridade que se impõem. Referiu ainda que houve a reprogramação do Portugal 2020, com a possibilidade de se poder aceder a mais candidaturas e a mais obras. Recordou que, logo no início do tratamento do orçamento, foram convidados os líderes das 3 bancadas, para estarem presentes com o Chefe da Divisão Financeira, antes da sua elaboração com o intuito de mostrar do ponto de vista objetivo, qual a receita real que o Município tem, quais as despesas fixas que o Município tem e, perceber o que é que estava em causa com o que sobrava. Acrescentou que, nessa reunião transmitiu aos líderes de bancada que o Município estava recetivo para ouvir propostas. Recordou ainda que, também todos os Presidentes de Junta, foram contactados, no sentido de os ouvir e tentar ir ao encontro do que cada Junta de Freguesia pretendia para a sua Freguesia. Depois desses contactos não houve qualquer proposta pelo que se avançou com o orçamento de acordo com o que se pretendia fazer e começou-se com a parte do enquadramento legal. Assim, informou que foram observadas todas as regras e princípios orçamentais



do ponto de vista legal, para a apresentação do referido orçamento. Relativamente ao SNC - AP, informou que o Município está preparado para o por em prática apesar da indicação do Governo ser de que não vai avançar, uma vez que ainda há municípios que não estão preparados. Informou, de seguida que, o orçamento para 2019 apresenta o valor de 26.626.069,00 €, apenas relativo às atividades da Câmara Municipal, sendo que com a INOVA, o Biocant e a ABAP, todo o grupo autárquico representa um valor bem maior como todos sabem. Explicou que, perante os valores apresentados, se verifica uma previsão de poupança de quase 5.000.000,00 €. Informou ainda que, a evolução do seu valor ao longo de alguns anos, deve-se a alguns indicadores, tais como a execução do PEDU, o acréscimo dos preços dos combustíveis e da de energia, os custos com pessoal, devido ao descongelamento das carreiras e também ao aumento do ordenado mínimo. De seguida, com o apoio de uma projeção, passou a discriminar exaustivamente e a explicar todo o orçamento, nomeadamente, quanto às despesas correntes, às despesas de capital, às suas funções sociais. Recordou, de novo que todos os princípios orçamentais e as regras de equilíbrio foram asseguradas e que se prevê a obtenção de poupança no próximo ano em função dos valores apresentados. Recordou ainda que, apesar do grupo autárquico ser constituído pelo Município, pela INOVA, pelo BIOCANT e pela ABAP também existem as entidades participadas, nomeadamente, a WRC que está em extinção e vai ser internalizada pelo Município de Anadia, as Águas do Centro Litoral, a ERSUC, a Comunidade Intermunicipal, a AIRC e a AREAC. Finalizou a sua intervenção afirmando que o Orçamento e Grandes Opções do Plano têm todos os princípios base pretendidos, a pensar no desenvolvimento económico e social do concelho, mas sem descurar a sustentabilidade das finanças municipais e a estabilidade orçamental.-----

----- O Sr. Presidente deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual, deu os parabéns aos serviços da Câmara, nomeadamente, aos Serviços Administrativos e Financeiros, porque, considera que, independentemente da conotação política e das opções que possam ser feitas, na reunião que foi feita, todos tiveram consciência, que os relatórios de contas, mas, sobretudo os orçamentos, são documentos vastos de uma complexidade imensa e que obrigam a um trabalho muito profundo, longo e demorado.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2019»**, tendo este sido aprovado por maioria com 25 votos a favor e 7 votos contra.-----

----- Após a votação, o Sr. Luís Pato apresentou uma declaração de voto subscrita pela Bancada do PS, do seguinte teor: *"Este é um documento orientador que define a estratégia política deste Executivo para o próximo ano. Sabendo que a elaboração dos orçamentos anuais é decorrente de decisões estratégicas e políticas e apenas operacionaliza as mesmas para o próximo ano, assim importa, sobretudo analisar a proposta apresentada à discussão e votação para as GOP para o próximo ano. Não vislumbramos uma visão global para o futuro de Cantanhede. A falta de investimento adequado e infraestruturas de base como estradas, redes e coletores, podem hipotecar o nosso crescimento por manifesta falta de visão. Defendemos que as verbas a investir no alargamento das zonas industriais do concelho façam parte de um plano estratégico global concelhio e que não absorva a totalidade do investimento neste tipo de infraestruturas condenando, nomeadamente, a zona industrial prevista para a Ançã ao esquecimento. A sua inclusão nas GOP não pode servir só para ir alimentando imaginários da população ano após ano. Continuamos a defender que, é*

possível através de uma gestão eficiente do orçamento municipal realizar investimento e, ao mesmo tempo que permite também aliviar as famílias no que refere a fixação de taxas e impostos sem comprometer a estabilidade orçamental. Num município com uma extensa área agrícola onde, segundo dados do site da CMC, cerca de 36% da população exerce a sua atividade no setor primário, continuamos a denunciar que o orçamento para a agricultura, pecuária, silvicultura, é manifestamente insuficiente e demonstrativo de uma falta de sensibilidade política para este setor. Continuamos sem conhecer as contas da EXPOFACIC. Depois de várias intervenções dos deputados do Partido Socialista nesta assembleia, registamos que se começa a vislumbrar nas GOP nas funções sociais, alguma atenção no que à cultura diz respeito. Num concelho, onde proliferam infraestruturas desportivas nas mais diversas freguesias, era por demais evidente e por nós denunciada a falta de investimento em infraestruturas municipais capazes de acolher espetáculos das mais diversas áreas culturais. De facto, este orçamento e, sobretudo, as opções estratégicas apresentadas na GOP, não reflete no nosso entender, as devidas prioridades do município e dos munícipes de Cantanhede. Pelas razões acima expostas, os deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista, votam contra as propostas apresentadas no orçamento."-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, apresentou uma Declaração de Voto subscrita pela Bancada do PSD, do seguinte teor: "Como sabemos, a construção de um orçamento é uma tarefa extremamente complexa, sujeita a diversa legislação e fatores técnicos e políticos, com margens estreitas e imprevistos constantes. Desta intrincada matriz de variáveis elabora-se um documento que é também ele, necessariamente vasto e complexo, e procura-se, a bem do rigor e da verdade, que se aproxime das políticas a implementar, das receitas

a arrecadar e da despesa a executar. Assim, apenas se pode enaltecer o trabalho dos Serviços Municipais na elaboração deste documento e do Executivo Municipal liderado por Helena Teodósio pela sua capacidade negocial; pela sua visão na definição de linhas estratégicas fundamentais e pela implementação efetiva das obras que fazem alavancar o município e o seu tecido social e económico. Citando a Dr.^a Helena Teodósio na introdução do próprio orçamento, importa antes de mais realçar "que o Município de Cantanhede não assume novas competências que o Governo pretendia transferir em 2019, ao abrigo da Lei n.º 50/2018", devido "à grande complexidade do processo, cujas repercussões são ainda imprevisíveis para as Autarquias Locais, e considerando que não seria sensato decidir sobre um assunto tão vasto e tão complexo sem se conhecerem em detalhe os diplomas setoriais de cada uma das áreas contempladas no processo de descentralização". E com esta nuance em mente, em relação ao documento previsional propriamente dito, relevam-se nomeadamente os seguintes aspetos: A capacidade de auscultar as forças vivas institucionais do concelho, das juntas de freguesia, às associações, passando pelas bancadas desta Assembleia Municipal – fez-se deste um verdadeiro orçamento participativo, onde quem quis pode contribuir para o futuro do concelho e, com isso, melhor se conseguiu projetar as necessidades e prioridades futuras; O orçamento tem um valor global a rondar os 26,5 milhões de euros, valor que a experiência nos diz ser um valor realista e exequível, que reflete as necessidades previsionais do Município; Releve-se o apreciável aumento das despesas de capital em mais de 14%, o que traduz inequivocamente a aposta da Câmara Municipal numa política de fortes investimentos; Se a isso associarmos um crescimento das despesas correntes inferior a 4,5 %, e a poupança corrente estimada, indicadora do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, será superior a 4,8 milhões de euros; Apesar do aumento dos



encargos decorrentes do descongelamento das carreiras dos funcionários, do aumento do salário mínimo nacional, do eventual aumento dos vencimentos e do constante aumento dos combustíveis, a sustentabilidade económica e financeira é garantida pela prudência na previsão da receita, não inscrevendo verbas de elevado risco de arrecadação ou que violem os princípios e regras previsionais, pela gestão racional e otimizada dos recursos e meios, pela decisão seletiva dos investimentos e pela maximização da receita proveniente de fundos comunitários e nacionais. Um forte investimento em projetos financiados e diferenciadores, demonstrativos da capacidade organizacional, da captação de investimentos e do cumprimento das linhas estratégicas delineadas, nomeadamente as que dizem respeito ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que incluem; a Criação de uma Rede Ciclável Urbana; a Reabilitação da Casa das 3 Marias; a Reabilitação da Antiga Escola Primária de Cantanhede; a Reabilitação do espaço ETPC/Museu da Pedra/Casa da Cultura; a Reabilitação do Mercado de Cantanhede; a Requalificação da Rua D. Afonso Henriques; Requalificação da Rua Bombeiros Voluntários e Rua Conselheiro Ferreira Freire; a Requalificação da Rua Marquês de Pombal e a Requalificação do Bairro Vicentino. Isto só no centro da cidade de Cantanhede, acrescentando ainda muitas outras obras e ações, como a beneficiação da EB 2,3 Marquês de Marialva; Modernização Administrativa dos serviços municipais; o Plano Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo da Região de Coimbra; o restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos; as intervenções urgentes e inadiáveis para regularizações fluviais, resultantes dos incêndios ou a renovação das aldeias. A este acresce ainda várias rubricas simbolicamente abertas com a verba de 1€, o que não representa qualquer desprimor por esses projetos, antes a capacidade de antever

futuros financiamentos e de, desde logo, agilizar candidaturas e garantir a sua execução. Importantíssima a aplicação de mais de 8 milhões de euros em funções sociais, destacando-se nesta área o trabalho desenvolvido pelos Serviços de Educação e Ação Social, bem como a existência de diversos tipos de apoio, como o Regulamento de Incentivo à Natalidade ou o Regulamento de Apoio à Empregabilidade. A manutenção de diversos benefícios fiscais, como a aplicação da redução de 20,00 euros, 40,00 euros ou 70,00 euros no montante do IMI a pagar pelas famílias com respetivamente um, dois e três ou mais dependentes a cargo e a manutenção da isenção da derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 euros. Notamos mais uma vez os sinais dados de coerência política, de acordo com os planos de desenvolvimento estratégico que foram traçados há alguns anos e registamos também e mais uma vez, a divergência entre a votação dos Vereadores do P.S. na Câmara Municipal e dos deputados nesta Assembleia Municipal. Pelo exposto e porque o executivo liderado por Helena Teodósio nos tem habituado a equidade e rigor, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede, vota favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018."-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 28 – «Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2019».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, ainda quanto ao ponto anterior demonstrou a sua indignação pelo facto de ter apresentado o orçamento ainda aquando da sua preparação, ter solicitado contributos e estes apenas aparecerem agora após a votação do documento, aquando da apresentação da declaração de voto. No entanto

afirmou que vai continuar a insistir, a querer dialogar, a partilhar e a ouvir a opinião de todos, seja da C.D.U, seja do Partido Socialista, seja do PSD. Passou, de seguida à proposta do mapa de pessoal para 2019, informando que o Município tem 294 postos ocupados, propõe a criação de 4 postos de trabalho a ocupar por consolidação de mobilidade interna, tal como já aconteceu, bem como a abertura de 6 propostas de recrutamento de Assistente Operacional na área de Auxiliar da Ação Educativa. Referiu que, se houver descentralização, o aumento exponencial do número de funcionários terá muitas implicações no quadro de pessoal do Município pelo que tem que haver muita sensatez na forma como podem e devem analisar a descentralização.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 28 – «Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2019s»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Após a votação, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Maria Teresa Almeida, a qual agradeceu os votos de boas vindas da senhora Presidente da Câmara aos elementos que estão na sessão pela primeira vez, nos quais se inclui. Acrescentou que, por ser a sua primeira presença na sessão da Assembleia, não soube aproveitar o momento mais oportuno para falar sobre alguns temas. Assim, afirmou ter ficado sensibilizada com o facto de se ter dito que a Câmara tem instalações e que as associações e os clubes têm de se adaptar a elas e não o contrário, quando na visão do que é uma autarquia, elas existem e têm como objetivo melhorar as condições de vida dos seus munícipes e servir os mesmos. Afirmou que melhor nível de vida em Cantanhede faz-se com equilíbrios pelo que, tendo conhecimento da falta de condições que têm os balneários da equipa de seniores de

Cantanhede, apelou a que a Autarquia tenha em atenção aquele assunto. De seguida procedeu à leitura de uma declaração de voto subscrita pela bancada do PS, do seguinte teor: *"Uma breve consulta das atas do mandato anterior evidenciará que este ponto representa uma luta, de há já vários anos, encetada pelos deputados do Partido Socialista com assento nesta Assembleia Municipal. Pois, em várias sessões de Assembleia Municipal, questionamos, propusemos potenciais soluções e até há bem pouco tempo, as respostas da Câmara Municipal de Cantanhede eram sempre, a declarar que era impossível alterar a situação insustentável que funcionários desta casa viviam há já muitos anos. Por isso, queremos, mais uma vez, dizer que estes profissionais têm a sua situação resolvida graças a uma decisão deste governo. A Câmara Municipal de Cantanhede apenas aplicou, na prática, as diretrizes vindas da tutela".* -----

----- Não estando mais presentes quer o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, quer o Sr. Vereador, Adérito Machado, relativamente ao assunto referido relacionado com os apoios dados na área do Desporto, respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara que devem-se fazer aqueles investimentos, quer ao nível da cultura, quer ao nível do desporto. Relativamente à questão colocada, deduziu que os balneários da equipa sénior a que se referiu, são os da equipa do Clube de Futebol "Os Marialvas" e informou que aquelas instalações são municipais e já têm um investimento de milhões. Informou ainda que também existem instalações na Tocha, em Ançã, em Febres, em Cadima e em Sepins com instalações próprias onde a Câmara investiu fortemente e que também necessitam de ser concluídas. Acrescentou que, conforme já foi referido aquando da apresentação do orçamento, o projeto da recuperação e do término do Parque Desportivo de Cantanhede está no orçamento, ao qual a bancada do PS votou contra. Informou ainda que a Câmara vai avançar com a requalificação daquele

Parque Desportivo porque para além de ali praticarem desporto mais de 300 crianças, outras equipas do concelho também ali praticam desporto, sendo assim um ponto de honra, terminar aquela obra. Referiu que não há milagres e que tem que haver opções. Recordou que já se falou várias vezes na necessidade que o Município tem num auditório, mas o dinheiro não chega para tudo. Relativamente à Declaração de Voto apresentada, afirmou que quem acompanhou aquele processo, sabe que nos Municípios do Partido Socialista, a integração dos precários foi zero, enquanto o Município de Cantanhede já tinha tudo preparado, para, mal a lei saiu, desenvolver o procedimento para a entrada de 58 colaboradores. Afirmou ainda estar muito satisfeita com todo o processo mas considera que os louros não são de uma bancada mas de todos, porque houve toda uma conjugação de esforços para que fosse possível aqueles trabalhadores terem uma condição de estabilidade para eles e para as suas famílias.-----

----- Respondeu a Sr.ª Maria Teresa Almeida, referindo que as obras nos balneários da equipa sénior dos Marialvas, demoraram tanto tempo para ser feitas que, inclusive, muitos dos jovens acabaram por ir praticar futebol para Febres ou para a Tocha. Relativamente à outra questão dos funcionários afirmou ser óbvio que estão todos de acordo e também que tem conhecimento de que muitas vezes, o próprio Estado faz a lei mas ele próprio não cumpre, neste setor e em muitos outros.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 29 – «Apreciação, discussão e votação da proposta final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Cidade de Cantanhede».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.º António Abreu, se encontrava ausente e solicitou que a

Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Dr.^a Isabel Matos apresentasse o assunto em discussão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Dr.^a Isabel Matos, a qual procedeu à explicação, de forma sucinta, do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Cidade Cantanhede. Assim, informou que aquele Programa vem na sequência da área de reabilitação urbana da Cidade de Cantanhede, em vigor desde 2016, tendo sido aprovada na Assembleia Municipal a 29 de fevereiro e publicada no Diário da República, em abril daquele ano. Informou ainda que, dentro da área de intervenção da ARU, várias ações estão a decorrer na cidade, como por exemplo a requalificação da Rua Marquês de Pombal e a requalificação da Rua D. Afonso Henriques. Outras estão para breve, como a reabilitação das antigas instalações da ex-ETPC, a requalificação da Rua do Sequeiro, da Rua Joaquim António de Aguiar, da Rua Conselheiro Carvalho, da Rua das Parreiras, do Bairro Vicentino, quer ao nível do edificado, quer a nível do espaço público, a requalificação do Centro Cívico de Cantanhede e as obras da rede ciclável urbana. Informou ainda que este programa estratégico é importante porque, quando a aprovação da limitação da ARU não é acompanhada com uma aprovação em simultâneo de uma operação de reabilitação urbana, a ARU só pode ter um prazo de vigência de 3 anos, caducando no final de 3 anos. Assim, explicou a necessidade de se promover este programa estratégico de reabilitação urbana para se poder levar ao tempo máximo de vigência a área de reabilitação urbana que é de 10 anos, acrescidos de mais 5 anos, num prazo máximo de 15 anos para que os munícipes possam, durante esse o prazo máximo que a lei permite, beneficiar dos incentivos fiscais que a área da reabilitação urbana permite. Explicou ainda que a proposta final do PERU da cidade de Cantanhede teve que ser

sujeita a participação pública que decorreu de 29 de março a 30 de abril, que foi divulgada em órgãos de comunicação social, na Internet, em Diário da República e só recebeu uma observação. Acrescentou que essa observação não influenciou qualquer alteração na proposta do programa estratégico. Informou, de seguida, que também foi remetido o parecer, não vinculativo, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana que considerou a proposta coerente, não tendo nada a opor à realização da operação de reabilitação urbana da cidade de Cantanhede. Referiu que o programa da Reabilitação Urbana da Cidade de Cantanhede compreende uma caracterização geral da área de Reabilitação Urbana (ARU), a classificação de todo o edificado, a demografia, o estado de conservação, o número de edifícios e outras características que se consideraram importantes para se conhecer a área delimitada. Referiu ainda que também apresenta as opções estratégicas da operação de reabilitação urbana dentro dos eixos temáticos que se dividiram em 4 e apresenta ainda os programas de ação da ARU tendo como base as opções estruturantes vindas do PEDU. Contém ainda a descrição dos quadros de incentivos aplicáveis nas ARU. Finalmente, informou que, em termos de metodologia, com a aprovação o plano estratégico na Assembleia, será publicado no Diário da República, divulgado na página da Internet da Câmara e enviado, de novo, ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana apenas para conhecimento da sua aprovação quer pela Câmara, quer pela Assembleia. Após esses procedimentos, a Câmara, terá que fazer relatórios de monitorização da operação de reabilitação urbana para análise, para se fazerem relatórios de evolução e de avaliação que serão divulgados para conhecimento de todos os interessados.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, reforçou que se trata de, uma área de cerca de 63 há na cidade de Cantanhede, que a operação se destina a todo o tipo de

entidades, privados inclusivamente, que a requalificação pode ser para habitação ou para arrendamento, sendo no fundo, um instrumento financeiro que permite juros altamente bonificados, financiados pelo Banco Europeu de Investimento. Afirmou ainda tratar-se de uma situação irrepetível nas próximas décadas, com a possibilidade de reabilitação pelo que se deve sensibilizar as pessoas no sentido de existir uma real reabilitação da cidade. -----

----- Voltou a intervir a Chefe da Divisão de Urbanismo e Reabilitação Urbana, Dr.^a Isabel Matos, realçando que estar dentro de uma área de reabilitação urbana, permite realmente que qualquer munícipe e qualquer entidade pública possam concorrer a vários benefícios fiscais, não esquecendo que a Câmara e a Assembleia aprovaram a alteração do Regulamento das Taxas, com a redução das taxas em 50% para qualquer obra de reabilitação, mesmo sem ser na área de reabilitação urbana, o que é um incentivo muito grande e demonstra que, realmente, o objetivo é promover o edificado. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, em jeito de conclusão, recordou que, no momento, há investimento no concelho de Cantanhede, as zonas industriais são procuradas e tem-se assistido nos últimos tempos a uma procura no alojamento, sendo assim uma excelente oportunidade para quem é proprietário ou quem tem a possibilidade de fazer esses investimentos, poder fazê-lo. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 29 – «Apreciação, discussão e votação da proposta final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Cidade de Cantanhede»**, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados na sessão fossem aprovados em

minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, tendo a Sr.ª Sara Espinhal e o Sr. José Santos pedido a palavra, na qualidade de pais de alunos que frequentam o Centro Escolar de Cantanhede. Os mesmos solicitaram informações sobre as refeições escolares que são servidas naquele estabelecimento de ensino, pois tem havido muitas queixas por parte dos alunos e ainda sobre a possibilidade de fechar o buraco da cobertura do telheiro do recreio que não chega para todos os alunos em tempo de chuva. O assunto foi vastamente discutido com a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, tendo sido no final acordado entre todos a realização de uma reunião com a sua presença, a presença do Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso e da Sr.ª Arq.ª Margarida Santos, preferencialmente, no horário do almoço e nas instalações do Centro Escolar de Cantanhede.-----

----- Pediu ainda a palavra ainda o Sr. Presidente da junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, recordando que no mandato anterior, um dos Membros da sua bancada, por decisão da mesma, teve marcação de falta numa sessão com o inerente não pagamento de senha de presença e chamou a atenção para o facto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã ter saído da presente sessão, ainda antes da votação do primeiro ponto da ordem do dia. Recordou que todos têm compromissos pessoais e que, sendo Presidente de Junta poderia ter-se feito representar quer pelo seu Secretário, quer pelo seu Tesoureiro e que, desta forma, no final da votação do orçamento, nem a Câmara, nem a Assembleia sabe qual é a posição da Junta de Freguesia de Cordinhã em relação às propostas que foram feitas, se é a favor, se é contra ou se se abstém, concretamente nas proposta que constam

do orçamento para a Freguesia da Cordinhã. -----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que o mesmo lhe transmitiu que teria que se ausentar uma vez que tinha aulas.-----

----- Também o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que o mesmo lhe transmitiu atempadamente, que teria que se ausentar pelo que não valia a pena discutir o assunto.-----

----- Interveio também a Sr.^a Ana Margarida Maia, concordando com o Sr. Presidente da Mesa, pois como o reclamado não está presente, não se poderia defender, o que não seria correto.-----

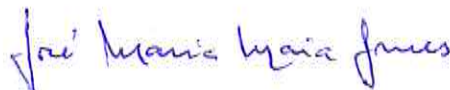
----- O Sr. Presidente da Mesa acrescentou não significar que a mesa não seja consequente em relação àquele facto, pois há uma prática que tem que existir e, talvez seja o momento até para se dar um bom exemplo em relação a estas situações. Finalizando, em nome da Mesa da Assembleia, desejou a todos um bom Natal e o ano de 2019 cheio de sucessos pessoais e profissionais e agradeceu a presença de todos.-----

----- Finalmente, sendo 19h45 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:



----- O Primeiro Secretário:



----- A Segunda Secretária:

